

Recortes de Imprensa

Junho 2019



Apoio:



ID: 80806645

31-05-2019

ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS FOI O CRIME MAIS ASSINALADO ENTRE 2013 E 2018

Destas vítimas, mais de 57 % são filhos/as dos/as alegados/as autores/as, segundo o relatório «Estatísticas APAV: Crianças e Jovens Vítimas de Crime e de Violência 2013-2018».

A APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apresentou o relatório «Estatísticas APAV: Crianças e Jovens Vítimas de Crime e de Violência 2013-2018». Entre 2013 e 2018, a APAV apoiou mais de 5.600 crianças e jovens, vítimas de mais de 9.500 crimes. Destas vítimas, mais de 57 % são filhos/as dos/as alegados/as autores/as. Com efeito, o espaço de segurança que deveria ser a casa onde residem é, não raras vezes, transformado num cenário de violência a que crianças e jovens são sujeitos, direta ou indiretamente.

Em contexto doméstico, verificam-se maioritariamente situações de violência psicológica (cerca de 37,4 %) contra as crianças e jovens.

Independentemente do tipo de violência de que possam ser alvo, verifica-se um relativo equilíbrio no género (embora a maioria das situações digam respeito a crianças e jovens do sexo feminino, sobretudo a partir de 2017) e na idade (apesar do maior número de pedidos de apoio para jovens entre os 11 e os 17 anos) das crianças e jovens vítimas de crime. Regista-se ainda uma tendência crescente nos pedidos de apoio relativos a crimes de natureza sexual perpetrados contra crianças e jovens – uma tendência que

Denúncia

78,5%

das situações reportadas foram denunciadas às Autoridades Policiais e/ou aos Tribunais
Em 14,6% das vezes, essa denúncia partiu da APAV

Sem denúncia? Porquê?

Inexistência de dados suficientes para o efeito, por vontade dos/as denunciante(s)
Os/as autores/as são inimputáveis em razão da idade
Outros motivos



se acentuou entre os anos de 2016 e 2018.

Entre janeiro de 2016 e

maio de 2019, a Rede CARE apoiou 881 crianças e jovens vítimas de violência sexu-

al, bem como 140 familiares e amigos/as, o que se traduz em mais de 1000 pessoas

apoiadas em 40 meses.

A maioria das situações vivenciadas pelas vítimas ocorreu em contexto intra-familiar (54,1 %) e dizia respeito ao crime de abuso sexual de crianças, cometido contra ou em menor de 14 anos (62%).

No que diz respeito aos crimes contra as pessoas, o abuso sexual de crianças foi o crime mais assinalado entre 2013 e 2018.

Nos casos mais específicos de Violência Doméstica, os crimes de maus tratos psicológicos e físicos representam uma fatia significativa dos crimes registados.

Dos restantes crimes e formas de violência assinalados, o grande destaque, no que diz respeito aos crimes contra crianças, vai para o crime de bullying com um total de 301 crimes.

A APAV tem dedicado especial atenção a esta temática desde janeiro de 2016 com a criação da Rede CARE, uma rede de apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual.

A APAV está disponível para apoiar: através da Linha de Apoio à Vítima 116 006 (chamada gratuita, dias úteis, 9h-21h), Messenger (Facebook), vídeo chamada (Skype: apav_lav) e através de uma rede nacional de 20 Gabinetes de Apoio à Vítima. ■



MANIFESTO

Olhar para o lado é ser cúmplice



A 20 de março, o movimento *Não É Normal* publicava o seu primeiro post de Instagram: um manifesto pela igualdade, um manifesto contra a cultura machista, um manifesto pela mudança da teia do patriarcado que todos construímos dentro de nós desde o momento em que nascemos. No próprio dia, a página atingia os dez mil seguidores. E aqueles seis amigos, que só queriam fazer a diferença, por mais pequena que fosse, deixaram de olhar para o lado. *Por Irina Chitas.*

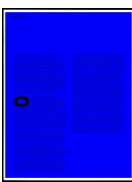
“**E**ram duas da tarde e eu estava num banco de jardim com a minha namorada. Estávamos só a conversar, provavelmente a rir de coisas parvas. Um homem vem ter connosco e pergunta se se pode sentar ao nosso lado. O jardim estava vazio. Digo-lhe que não. Ele pergunta se somos namoradas, porque era extremamente *sexy* para um homem ver duas mulheres juntas. Diz-nos que não nos preocupemos, que continuemos o que estávamos a fazer, que ele ia só ali para os arbustos masturbar-se a olhar para nós. Nós tínhamos 19 anos.” Foi isto que escrevi num post-it numa das conferências que o movimento Não É Normal deu em maio, numa universidade de Lisboa - pediram a cada uma das pessoas do público que expusesse, anonimamente, algum abuso ou avanço ou desconforto que já tivesse sentido. Demorei até sujar o papel com a caneta, e não porque tivesse vergonha, ou porque não quisesse contar, mas porque tive de escolher uma das situações de assédio que já me tivessem acontecido. Podia ter falado daquela vez que um idoso se masturbou ao meu lado num autocarro (quando me levantei, ele agradeceu-me pelo “bom bocado” - pelo menos era bem educado). Ou da outra vez em que eu era pouco mais do que criança e um homem me disse na rua “Fodia-te toda” e eu não consegui mais ir sozinha para casa. Ou dos apalhões na escola, ou na noite; ou dos piropos na rua que nunca pedi. Nunca me senti uma vítima nem nunca sequer achei que alguma destas histórias fosse especialmente macabra ou digna de ser disseminada porque não conheço nenhuma mulher que não tenha passado por algo parecido - se não passaram por algo muito pior. Não se fala muito disto porque é normal. É rotina, como parar sempre no mesmo café a caminho do trabalho. O problema é que, ao meu lado, estava a minha irmã de 18 anos. E ela também escreveu num post-it. E eu não sei o que ela escreveu. Não sei se ela também teve de escolher entre as centenas de situações que já lhe podem ter acontecido. Não sei o que é que já lhe aconteceu. Se calhar, ela não me contou porque também desvalorizou, e encolheu os ombros, porque o que é que a gente há-de fazer, não é, *boys will be boys*, filhos da mãe *will be* filhos da mãe.

Nada disto quer dizer que este tipo de abusos não façam moossa, não traumatizem, não rasguem para sempre um dos pedaços da nossa inocência. Não é por ser normal - ou por acharmos que é normal - que deixa de doer. Não é por ser normal - ou por acharmos que é normal - que se esquece ao virar da próxima esquina. Não é por ser normal - ou por acharmos que é normal - que relaxa que encaixa. Não. O nosso poder de encaixe acabou. E o machismo - o grande e monumental e o pequenino e microscópico - não é normal.

A 11 de março de 2019, Diogo Faro publicava no Instagram uma *story* onde se lia: “Mulheres. Estou a fazer um trabalho - prometo que vai valer a pena - e precisava de falar com quem já tenha sido sexualmente assediada: piropos nojentos, apalpada, masturbarem-se para vocês, todo esse tipo de nojo. Claro que garanto confidencialidade. Quem puder participar - anónimas e famosas (ajuda sempre a causar mais impacto ainda) - mande-me um mail só a dizer ‘eu’ que eu responderei a explicar tudo.” A explicação era muito simples: Diogo ia fazer um vídeo sobre o machismo, e queria incluir uma parte com testemunhos de mulheres que já tinham sido vítimas de assédio. Tudo o que as mulheres teriam de fazer era enviar um vídeo em que diziam “Eu”. E Diogo achava que ia receber umas 20 ou 30 respostas. Recebeu quase três mil. Havia o “Eu”, multiplicado em eco. Havia relatos de abusos. Havia relatos de violações. De violência doméstica, física, psicológica, prolongada. Muitos deles eram segredos que nunca tinham sido sussurrados, quanto mais escritos. Lembrem-se do *Salve-se Quem Puder?* Bom, o Instagram soltou a parede da realidade e Diogo Faro levou com ela na cara. Não ficou bem. Com autorização das mulheres em questão, começou a partilhar algumas das histórias. E a receber ainda mais relatos. E mais partilhas. E em vez de uma bola de neve o que se formou foi uma bola de consciência.

“Nós temos estas conversas no nosso grupo de amigos constantemente, e especialmente desde há dois anos para cá. As coisas aconteciam e falávamos ali no momento sobre o quão grave era, ou não, o quão surpreendente era, ou não, como é que podíamos ter lidado com aquilo de forma diferente”, e quando Diogo começou a receber todas aquelas mensagens, Ana Esteves foi uma das pessoas que soube que não poderiam continuar indiferentes. Ana, Diogo, Madalena Belo, Luís Figueiredo, Margarida Candelária e Gonçalo Lopes (sim, três mulheres e três homens, e até foi por acaso, mas a paridade é uma coisa muito linda) fundaram o *Não É Normal*.

Diogo Faro é humorista e então era fácil perceber o tom que o *Não É Normal* tomaria. Também é conhecido como Sensivelmente Idiota e é precisamente o equilíbrio entre a sensibilidade e a leveza da piada que faz com que o discurso do *Não É Normal* chegue a tanta gente. Não é sobre normalizar o tema (aliás, é precisamente o contrário), mas é sobre tornar a conversa sobre feminismo e machismo uma obrigatoriedade. É preciso entendê-los e pensá-los e conversá-los, nos media,



MANIFESTO

nas salas de aula, na mesa de café com os amigos. Como é que souberam por onde começar? “Para já, ficando bêbados. Nas primeiras reuniões bebemos umas 20 imperiais cada um”, diz Faro. Os outros riem-se, *it's funny because it's true*. Ficaram bêbados e puseram-se a jeito? “Exato, todos bêbados, depois fomos todos abusados em conjunto. Mas pronto, coincidentemente, para além de todos os valores se alinharem, os vários talentos alinharam-se também. Tivemos muita sorte de ter pessoas que escrevem, outras que dizem umas graças - que são lindíssimas -, outras que fazem assessoria e comunicação, outras que sabem contar uma história e fazê-lo graficamente, outras que sabem organizar e encontrar soluções, outras que percebem de redes sociais, e isto foi por acaso. Não foi um recrutamento, foi mesmo uma grande sorte.” É, foi uma grande sorte e o que se via naquela mesa depois da conferência, o que se via naquelas seis pessoas que antes eram só amigas e agora, um bocado de repente, se disponibilizam para apenas conversar não era nada menos do que amor.



O *Não É Normal* não foi planeado, não foi uma belíssima jogada de *marketing* para que Faro esgotasse espetáculos de *stand up*. Também não é um movimento encabeçado por um homem (Faro diz que essas críticas são precisamente um dos sintomas de uma sociedade machista, “Se fosse uma mulher teriam dito, ‘Ah, lá estão as mulheres a queixarem-se com o histerismo delas’”), é um movimento que recai sobre os ombros de seis pessoas mas que é, e será sempre, de todos. O *Não É Normal* nasceu porque tinha de nascer. Nasceu porque precisávamos dele. “O que aconteceu com o Diogo é um sintoma de que as pessoas precisam de comunicar o que aconteceu. E não há, se calhar, maneiras de fazer isso de forma a que as pessoas estejam confortáveis, porque ou são órgãos demasiado institucionais, ou é a polícia, ou é a família, ou é nas escolas... e o que parece, o que pareceu, é que o tom do Diogo fez as pessoas sentirem-se seguras e pensar, ‘Ele está do nosso lado, ele vai ouvir, ele vai perceber, ele não vai julgar, ele não vai pôr estes números nas notícias’. Às vezes, as pessoas não querem fazer queixa, não querem vingar-se, querem só contar, querem não se sentir sozinhas”, conta Luís. Por isso é que explodiu tão rápido, quase como se a pólvora estivesse espalhada por todo o lado e andasse à espera de um fósforo. Madalena confessa que nenhum deles estava à espera deste crescimento colossal, “eu não tinha muitas expectativas, achava que isto ia morrer entretanto e, de repente, marcamos uma reunião com a Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, e ela recebeu-nos, e apoia-nos, e ganhamos dez mil seguidores numa página de Instagram num dia”. Continuam a receber relatos e desabaços, já vão nos 23.500 seguidores no Instagram (na altura em que escrevo este texto, é possível que quando o estiver a ler o número já tenha aumentado substancialmente), já falaram em universidades, numa escola secundária e numa escola básica. Isto resulta porque nenhum deles está num púlpito a tentar doutrinar quem quer que

seja, nenhum deles está ali para julgar e, especialmente, nenhum deles está ali para oferecer qualquer tipo de resposta. Está ali para dizer que tem as mesmas dúvidas que nós e que podemos tentar encontrar as soluções em conjunto. Mais: isto resulta porque os jovens estavam sedentos de que alguém falasse a mesma linguagem que eles. E se se pudessem rir um bocado pelo meio, melhor ainda.

“Os nossos objetivos são a consciencialização e o debate, e o debate que estávamos a ter no nosso grupo de amigos podia ser alargado a outras pessoas, desde os miúdos mais pequeninos - é super importante começar desde que eles são pequeninos, porque temos de ter um papel na educação e na formação - aos mais crescidos em que existe uma partilha de experiências e de, em conjunto, arranjarmos forma de lidar melhor com o que acontece, do ponto de vista da vítima, do ponto de vista do abusador ou de quem comete o assédio e nem tem perceção disso”, explica Ana. “Quando nós [durante as conferências] fazemos a pergunta do ‘Já alguma vez assediaste alguém?’, a opção do ‘Talvez’ está lá porque muita gente assedia sem sequer se aperceber.” Quem nunca forçou um bocadinho a conversa; quem nunca gozou demasiado alto com a roupa de uma colega; quem nunca olhou para o lado?

“Olhar para o lado é ser cúmplice” é o *slogan* de uma campanha da APAV e, agora, é também o manifesto que Madalena tem tatuado no braço. Estas seis pessoas levam o *Não É Normal* na pele, no peito, nos gestos e nas palavras de todos os dias. Não nos pedem que andemos aí a fazer conferências ou a hastear bandeiras, pedem-nos apenas que a consciência nunca mais nos abandone - pedem-nos só que passemos a olhar como quem vê.

“O movimento quer intervir naquilo que é o pequeno machismo, o do dia a dia. Não temos formação nem capacidade para agir em situações de violação, de violência doméstica. A questão é que, para chegarmos a estes casos mais graves, é preciso existir uma cultura de machismo que está enraizada, em Portugal e no mundo”, explica Diogo durante a conferência e foi precisamente por causa desta esfera de atuação que as duas reuniões que já tiveram com a



DIOGO IA FAZER UM VÍDEO SOBRE O MACHISMO, E QUERIA INCLUIR UMA PARTE COM TESTEMUNHOS DE MULHERES QUE JÁ TINHAM SIDO VÍTIMAS DE ASSÉDIO. E DIOGO ACHAVA QUE IA RECEBER UMAS 20 OU 30 RESPOSTAS. RECEBEU QUASE TRÊS MIL.

Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, Rosa Monteiro, correram tão bem. Faro explica que quiseram falar com ela porque não queriam passar por cima de ninguém, “de nenhuma associação que estivesse a fazer este tipo de trabalho. Nós temos estas valências de sermos jovens, dinâmicos, empreendedores [risos] e temos um discurso muito diferente do que terá, por exemplo, a APAV ou a Quebrar o Silêncio, por isso conseguimos transmitir a mensagem com um tom mais leve, às vezes com uma piada”. “Na primeira reunião, nós fomos lá para nos apresentarmos e percebermos se estávamos no caminho certo, para termos algum tipo de validação”, conta Madalena. “O que a Secretária nos disse é que ‘isto é ouro sobre azul porque vocês conseguem chegar a pessoas e fazer-se ouvir por pessoas que eu não consigo, e que através de outras instituições também não conseguimos’. Neste momento, temos uma encomenda de um vídeo que a Secretária de Estado pediu para nós fazermos, para ser entregue às escolas, para as escolas passarem, sobre a violência no namoro”, que funcionará primeiro apenas em alguns locais de ensino, numa lógica piloto, e que poderá ser posteriormente disseminado.

Este é apenas um dos eixos de atuação do *Não É Normal*.

O segundo recai sobre a consciencialização, onde as redes sociais têm um papel fundamental; e o terceiro pela minimização do sentimento de insegurança, que atuará nos festivais de verão, na noite, nos transportes públicos, ou seja, em contextos onde as situações de assédio são mais propensas a acontecer.

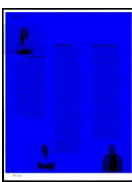
O objetivo maior é mudar mentalidades, mesmo que isso demore, mesmo que muitas vezes possa parecer uma batalha perdida.

Será que alguma vez tiveram medo de perder a batalha? Quando falamos de um movimento cujo objetivo é alterar permanentemente uma linha de pensamento tremendamente enraizada no nosso ADN cultural - em conjunto com tantos outros que, felizmente, têm surgido para tornar o mundo num lugar melhor - existirão, de certeza, momentos de frustração. Ou não - pelo menos, não por agora. “A única dificuldade real é que isto não é um trabalho a 100% para nenhum de nós, e portanto é mais um *add-on*, é mais uma coisa que todos nós temos de encaixar nas nossas agendas. Mas isso nunca pôs em causa o continuar, e ainda que possa adiar as nossas reuniões por meia hora, não adia a nossa vontade de agir”, diz Margarida. Gonçalo acrescenta outro argumento, “que é bastante leve, mas que é a única coisa que às vezes nos tira a paciência - e principalmente à Madalena - que são as pessoas nas redes sociais, mas que felizmente são uma minoria e em momento nenhum nos fizeram pensar que devíamos largar isto”. Riem-se. São as redes sociais e é claro que iria existir discórdia, incompreensão, debates mais acesos e, como lembra Margarida, “enquanto isto for demasiado consensual é porque nós não estamos a fazer bem o nosso trabalho. Nós queremos provocar e queremos ouvir as reações. Obviamente que há comentários completamente escusados ou indelicados que nós recebemos, mas nós gostamos efetivamente de ouvir opiniões contrárias porque

isso também nos faz evoluir”. Madalena, que está encarregue de gerir as contas de Instagram e Facebook, conta que já tiveram a inevitável discussão sobre responder ou não aos comentários maliciosos e que resolveram guiar-se pelo bom senso. “Há pessoas ali que o que comentam é claramente com base em ignorância. Não sabem, ouviram alguém dizer, e o que nós temos tentado fazer é: quando percebemos que é esse o fundamento, explicamos que não é bem assim, que o nosso Movimento é isto e aquilo, ‘mas se quiseres, bora, vem ter connosco, falamos pessoalmente numa apresentação’”. Na maior parte das vezes não têm sequer de responder. Outros seguidores respondem por eles, explicam, informam, geram uma conversa em comunidade que é o que está precisamente no núcleo da filosofia do movimento. É o bater bolas, o trocar ideias, o *brainstorming*. É a construção de um lugar seguro em que o julgamento não está na *guestlist* e é barrado à porta.

“Nós acreditamos tanto nisto, acreditamos tanto que estamos a fazer a coisa certa, e cada dia em que fazemos mais alguma coisa, cada *post* que publicamos, cada vez que vamos a uma faculdade... é claro que isto tem sempre aquele fundamento altruísta/egoísta, sabe-nos bem, sentimos que estamos a fazer alguma coisa decente pela sociedade, e isso é extremamente reconfortante. Mas há formas de egoísmo muito piores”, afirma Diogo. Não era tão bom que todas as formas de egoísmo desembocassem em resultados tão palpáveis como, por exemplo, denúncias imediatas de casos de assédio ou até a criação de outros movimentos - como o início do *He for She* na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, que começou muito por se sentir impulsionado pelo aparecimento do *Não É Normal*?

Esta pergunta era retórica e, esperamos nós, premonitória. Até porque tudo indica que quem aí vem vai fazer um trabalho muito melhor do que nós, esta geração que por mais que não queira, já vem viciada pelo cheiro do patriarcado. “Acho mesmo que as gerações mais novas têm uma consciência cívica mais apurada do que nós tínhamos. Os miúdos, se calhar pelo acesso à Internet, têm muito mais facilidade em agrupar-se e manter-se informados, e então estão muito mais conscientes e muito mais abertos, e isso são ótimas notícias”, diz Ana. Diogo acrescenta: “Nós acreditamos tanto que estamos a fazer uma coisa boa... e nem é tanto para a nossa geração, porque a essa já ninguém tira os apalhões, já ninguém tira os piropos que não vão ser ‘desouvidos’, mas se calhar a filha da Margarida já não vai levar com tanta merda, se calhar a geração a seguir vai ser um bocadinho melhor, e isso para nós é o mais importante.”



MANIFESTO

**Ana Esteves**

"Sou consultora na área de transformação organizacional, portanto o meu trabalho é, quando um cliente me diz que tem um problema, arranjar uma forma de resolvê-lo. Às vezes a forma é muito direta e concretiza-se num dia, outras vezes são processos longos que passam pela mudança de mentalidades e de cultura, portanto, para mim, fazia todo o sentido contribuir para o *Não É Normal* numa lógica de ajudar a gerir o projeto. Mas, honestamente, o ponto de vista pessoal foi o fator decisivo. Quando o Diogo começou a receber aquelas mensagens todas, eu identificava-me com muitas delas, porque já tinha passado por elas, outras fizeram-me ver aquilo que já me podia ter acontecido, e percebi que não podíamos ficar indiferentes, não podíamos continuar passivos a ver tudo isto a acontecer. Quisemos passar aquela conversa que tínhamos e esta consciência que, em conjunto, fomos adquirindo de diferentes perspetivas, para uma audiência maior."

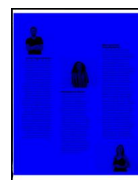
Diogo Faro

"Eu achei que era importante começar a falar sobre isto porque, a propósito de conversas com várias amigas minhas - algumas delas agora fazem parte do movimento -, eu comecei a compreender o que é que as mulheres passam realmente. Porque para mim, e para a maior parte dos homens, é-nos difícil perceber porque é que um piropo incomoda tanto. Eu entro no autocarro ou no metro sem nunca me passar pela cabeça que alguém me irá apalpar. Eu nunca na vida me tinha apercebido que as mulheres vivem com isto constantemente. As mulheres têm de ir de um sítio ao outro com as chaves de casa na mão, ou a fazer aquele telefonema ao namorado - às vezes nem têm namorado mas fazem o telefonema a fingir - e nós, homens, nunca passámos por isso. Foram precisas muitas conversas com as minhas amigas e a minha família para eu entender isto. Entender que odiava passar por umas obras e ouvir estas merdas. Foi por isso que achei importante assumir-me como feminista, e como "lutador" pela igualdade de género. O nosso Movimento, entre várias características, tem algumas muito importantes: nós não temos solução para este problema complexo que é a igualdade de género, nós queremos contribuir, queremos gerar discussão, queremos debater, queremos ir a mais universidades e escolas, mas não temos certezas. Nós queremos fomentar o diálogo e encontrar soluções em conjunto. Somos um movimento inclusivo, não queremos acusar ninguém, porque já todos fizemos coisas erradas, todos, homens e mulheres."

**Gonçalo Lopes**

"Eu fui o último a entrar, e foi por uma característica que é muito minha: eu amuei. Amuei com os meus amigos. 'Ai é? Então estão a criar um movimentozinho e não dizem nada...' [Risos] Não, mas a sério. Foi no aniversário da filha da Margarida e eu disse-lhes que achava que fazia todo o sentido eu estar com eles nisto. A minha profissão é comunicação mais ao nível de assessoria de imprensa, e podia ajudar a que isto chegasse a mais pessoas. A nível pessoal, acho que há duas coisas que eu consigo trazer ao movimento: talvez eu seja a pessoa menos identificada com o movimento que está neste grupo, então para além de eu muitas vezes estar a ouvir o que eles dizem e a aprender (aquilo que o Diogo diz como base do movimento, que é 'nós não sabíamos', eu se calhar sabia ainda menos, e fui-me apercebendo de várias coisas ao longo do processo, e que isso também seria bom para mim; por outro lado, também seria bom para o movimento ter esta voz que está um bocadinho ao lado, ainda que partilhe os valores), obviamente que eu sou feminista, mas tinha uma visão que não estava tão limada como a deles. Acho que ajuda ter uma voz em que, quando temos reuniões, diz, 'Malta, compreendo o que estão a dizer, mas se calhar há outra forma de chegar lá; eu agora já consigo perceber, mas se calhar há seis meses não entenderia, por isso há muita gente que não vai entender também'."





Luís Figueiredo

“Eu sou guionista e estava a falar com o Diogo sobre outro projeto, e vi a ideia que ele teve e que depois deu origem a este movimento, e achei impressionante a resposta que ele recebeu. Este é um tema que eu discuto diariamente com os meus amigos - e os meus amigos não são nem selvagens, nem têm as mentalidades propriamente fechadas, são apenas ligeiramente descaídos para outra posição que não a minha. Eu achei que podia tentar ajudar nesse aspeto em termos de equilíbrio: eu discuto muito este tema com pessoas que são muito parecidas comigo, acham quase o mesmo que eu, mas depois têm uma divergência muito ligeira. É o que eu chamo, e já partilhei isto aqui com eles, de neomachismo: é igualzinho a mim, mas ligeiramente para um lado que não é o meu. Então estas minhas discussões são muito acesas, e quando eu vi a resposta que o Diogo estava a ter, eu quis muito participar. Eu escrevo para televisão, já escrevi para publicidade, e achei que podia ter um papel no movimento de passar a mensagem, porque sabia o discurso que eu acho que é importante para chegar a certas pessoas, a essas pessoas que estão no meio, mas descaem ligeiramente para um lado.”



Madalena Belo

“Eu consigo acrescentar valor através da minha área profissional, trabalho numa agência de comunicação, já trabalhei em meios de comunicação e tenho alguns contactos que nos beneficiam. A gestão das redes sociais está entregue maioritariamente a mim. Mas o que mais me influenciou foi o facto de os temas que nós tratamos serem temas que sempre me incomodaram e com os quais me debato diariamente. Eu tive um pai extremamente machista, e acho que isso também moldou extremamente a minha personalidade, e esse foi um dos motivos pelos quais me tornei profundamente reativa com estes casos. Acho que, dentro do nosso grupo de amigos, temos todos um sentido cívico alinhado e, se nos queixamos tanto, 'bora lá fazer alguma coisa, 'bora partir para a ação e fazer de facto algo com as histórias que estamos a receber, e que são inacreditáveis.”

Margarida Candelária

A nível profissional, eu tenho uma agência de *brand storytelling*. É uma agência de comunicação, mas focada muito nesta questão de contar histórias e o *design* acompanhar as histórias, seja lá em que suporte for, mas o nosso *core business* é precisamente as apresentações corporativas. Nós trabalhamos muito para multinacionais mas, quer dizer, eu tenho recursos para trabalhar *design*, para fazer publicações, para fazer *posts*, para fazer vídeos, então era muito óbvio que eu podia contribuir de uma forma palpável para o movimento, e foi nesse sentido que eu liguei ao Diogo. Disse-lhe, “Tudo o que precisares de mim, e da Slide Lab, diz-me que eu falo com a minha equipa”. Eu tenho um sócio que também me mandou uma mensagem, ainda sem saber que eu tinha falado com o Diogo, a dizer, “Olha, o Diogo não é teu amigo? Fala com ele, mete os nossos recursos à disposição”. Foi tudo muito orgânico. A minha motivação pessoal para participar no movimento veio porque, para além de eu ser amiga do Diogo, também o sigo nas redes sociais [risos] e quando ele publicou este pedido eu pensei, obviamente, que já passei por centenas de situações de assédio. Eu tenho uma filha de três anos, e não quero que mais nenhuma de nós passe por isso e que a geração que vem a seguir a nós não saiba metade das histórias e não tenha de passar por metade do que nós, infelizmente, tivemos de passar - e que já foi uma evolução da geração anterior à nossa.”





Portalegre

APAV as crianças e jovens vítimas de violência

■ João Trindade

Na Escola Superior de Educação de Portalegre a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) representada pela sua psicóloga Rita Martinho, apresentou um trabalho notável no apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência. A palestra enriquecida com múltiplos dados e informações no diálogo com o público foi direcionada aos alunos dos cursos de Educação Básica e de Serviço Social da Escola. Nesta base Rita Martinho revelou dados sobre as vítimas de crime em Portugal, a rede CARE e o apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência; a importância do voluntariado no Alto Alentejo, Rita Martinho realçou os 29 anos de actividade da APAV relacionado com apoio até 2019 sobre 20.589 crimes diversos, por semana entre crianças, jovens e idosos e apoiam 148 pessoas. Teceu múltiplas considerações sobre conflitos, pais e filhos, violência no namoro legislação, violência física e psicológica, agressões, meios de prova, a denúncia caluniosa, traumas, constrangimentos, e depressão causada nos inocentes. Dados adicionais a APAV apresentou recentemente uma nova campanha de sensibilização pública que pretende alertar para a realidade da violência sobre crianças e jovens. Entre 2013 e 2018, a APAV “apoiou mais de 5600 crianças e jovens, vítimas de mais de 9500 crimes, mais de 57 % são filhos/as dos/as alegados/as autores/as”. Em contexto doméstico, verificam-se maioritariamente situações de violência psicológica (cerca de 37,4 %) contra as crianças e jovens. Entre “Janeiro de 2016 e Maio de 2019, a Rede CARE apoiou 881 crianças e jovens vítimas de violência sexual, bem como 140 familiares e amigos/as, o que se traduz em mais de 1000 pessoas apoiadas em 40 meses”.



Portalegre

APAV e Cruz Vermelha Apoyo às vítimas de violência doméstica reforçado



> A segunda assinatura dos protocolos para a Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica decorreu na quinta-feira no auditório do Instituto Politécnico de Portalegre.

A Associação Portuguesa de Apoio às Vítimas (APAV) e a Cruz Vermelha de Portalegre (CVP) assinaram dois protocolos que estão inseridos na Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018/2030 - "Portugal mais igual" e no Plano de Acção para a Prevenção e o Combate contra a Violência às Mulheres e à Violência Doméstica 2018/2021. Os protocolos assinados envolvem um investimento de cerca de 112 mil euros, assegurados pelo Governo e Municípios.

O objectivo da assinatura destes protocolos é a prevenção do combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica e a eliminação dos estereótipos no combate à discriminação. A resposta às vítimas de violência doméstica foi formalizada numa rede local de apoio e resposta sistémica, que foi renovada por mais dois anos com os 15 municípios do distrito de Portalegre. Também a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) e a Direcção-Geral da Administração Escolar DGAE aderiram este ano à causa do combate à violência doméstica e à violência das mulheres.

A cerimónia foi iniciada por Carlos Nogueiro, primeiro secretário da CIMAA, que realçou a «importância da renovação deste protocolo por mais algum tempo». Sublinhou ainda que o trabalho desenvolvido pelos dois gabinetes, a APAV e a CVP, tem de ser evidenciado, «não só no apoio às vítimas, independentemente do território em que se localizem, mas no trabalho que é preciso desenvolver nos seus planos intermunicipais e municipais».

Na apresentação do protocolo da APAV, João Lázaro, presidente da direcção, esclareceu que «cada vez mais vítimas entram em contacto no território com o gabinete presencial, que é imprescindível existir». Referiu ainda no seu discurso que a percepção da avaliação externa realizada mostra que «o gabinete de apoio à vítima do Alto Alentejo está no projecto piloto da APAV, através da acreditação e que causará impacto social».

Alexandra Raio, do gabinete e da implementação da APAV, abordou durante a apresentação que «os números de 2017 para 2018 mostram um crescimento substancial e já em 2019, no primeiro trimestre

deste ano, superámos os números que alcançámos na mesma altura em 2018», mostrando que cada vez mais casos são reportados.

Antes de terminar o seu discurso, salientou que «a nossa intervenção como apoiantes e técnicos de apoio à vítima impacta positivamente da vida das vítimas, desde logo na superação, recuperação das rotinas diárias e conseguir mais facilmente voltar à normalidade», deixando em evidência a importância da APAV na vida das vítimas de violência.

Seguiu-se a apresentação do protocolo da Cruz Vermelha de Portalegre, em que Victor Bucho, presidente da direcção, realçou os objectivos da instituição, que «pretende prestar assistência humanitária social em especial aos mais vulneráveis, de forma a prevenir e reparar o sofrimento e contribuindo para a defesa da vida e da saúde e dignidade humana». Reforçou ainda que o Núcleo de Apoio à Vítima de Violência Doméstica (NAVVD) ajudou a cumprir os objectivos do protocolo que terminou, destacando o «aumento dos atendimentos, embora não solicitados presencialmente pelos gabinetes da estrutura. Este aumento diz-nos que é preciso estarmos lá e que é difícil vencermos a guerra, mas vamos vencendo algumas batalhas».

Joana Figueiredo, directora técnica do NAVVD, deixou em evidência que a partir «do primeiro protocolo houve um aumento do número de casos e o trabalho em rede reforçou-se cada vez mais». Antes de terminar o seu discurso referiu que «pretendemos com o protocolo dar continuidade e reforçar a intervenção multidisciplinar. E que esta acção em rede possa ajudar a manter o funcionamento da estrutura de atendimento pelo menos uma vez por semana em cada um dos municípios».

Para encerrar a cerimónia, Rosa Monteiro, secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, explicou que as mulheres são vítimas de violência «devido às assimetrias de género e desigualdade de género, isto só dá para mudar se a forma como pensamos do que significa ser homem e mulher também mudar». Sublinhou ainda a importância do trabalho dos municípios que é «fundamental para actuação e capacidade de injeção das políticas que estruturaram a intervenção destes vários agentes no que diz respeito à violência doméstica» e que a cobertura do território «tem-se vindo a ampliar, mas precisamos de mais apoios financeiros».





Associação de Apoio à Vítima promove prémio de investigação

ATÉ 31 DE JULHO A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) vai promover a quinta edição do Prémio APAV para a Investigação, com o apoio da Fundação Montepio. O Prémio APAV para a Investigação destina-se a premiar trabalhos de investigação científica sobre temas ou problemas relacionados com a mis-

são da APAV: “Apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima”.

As candidaturas já estão abertas e poderão ser enviadas

até ao dia 31 de Junho. O Prémio APAV será atribuído a um trabalho inédito, desenvolvido em língua portuguesa, que contribua para o conhecimento geral ou específico dos temas ou problemas relacionados com as vítimas de crime, ou para a melhoria de qualidade dos serviços de apoio à vítima em Portugal. ◀

Em 2018, 10,6% dos pedidos à APAV foram feitos por idosos

A violência financeira é cada vez mais denunciada por idosos nos Açores

A violência financeira pode ser apresentada como o resultado das alterações sociais e económicas dos últimos anos que levam filhos já adultos a regressarem a casa dos pais. De acordo com Sílvia Branco, gestora da APAV, esta forma de violência contra idosos pode ser mais ou menos subtil, e em casos extremos pode fazer com que o idoso se sinta forçado a permanecer apenas numa divisão da sua casa para que se sinta seguro, ou que seja o único a arcar com todas as responsabilidades do seu “novo” agregado familiar.

A par da violência doméstica, que tipo de crimes e novos apelos têm surgido com mais frequência no Gabinete de Apoio à Vítima de Ponta Delgada?

(Sílvia Branco, gestora do Gabinete de Apoio à Vítima de Ponta Delgada): O âmbito de acção da APAV é muito abrangente, é a única instituição na Região Autónoma dos Açores que presta apoio a todas as vítimas de crime independentemente da idade, do sexo e independentemente do tipo de crime, embora estatisticamente a APAV esteja associada ao apoio prestado maioritariamente a vítimas de violência doméstica.

No entanto, através dos pedidos que nos são feitos, começam a ganhar mais expressão na Região outros tipos de crime, sobretudo as ofensas à integridade física simples e agravada, os furtos e os roubos, embora nem todas as pessoas que vêm ter connosco sejam sempre vítimas de crime. No ano de 2018 tivemos um total de 385 processos no geral, mas de vítimas de crimes tivemos 358, e destes 10,6% correspondem a idosos (pessoas com mais de 65 anos).

Podemos concluir que os apelos feitos por idosos são cada vez mais comuns na APAV?

Infelizmente temos registado cada vez mais pedidos de apoio por parte de pessoas com mais de 65 anos no que diz respeito à violência filiofamiliar. Isto significa que nestes casos existe uma violência de filhos para os pais sob a forma de maus-tratos físicos, psicológicos ou até mesmo a violência financeira que, de certa forma, é aquela que tem ganho maior relevo no que diz respeito aos pedidos de ajuda.

Face à conjuntura pela qual o nosso país passou e pela qual ainda passa, muitas famílias tiveram que pedir apoios aos seus pais porque ficaram sem os seus empregos e sem fonte de rendimento para garantir o pagamento de empréstimos ou para garantir a sua própria sustentabilidade.

Estes pais e estas mães, acima de tudo mães viúvas, apoiaram estes filhos e abriram as portas das suas casas. Acredito que não tenha acontecido em todas as situações, mas pelo menos naquelas de que temos conhecimento, muitas vezes estes filhos passaram a assumir o papel de chefe de família com comportamentos abusivos.

Mas de que forma se concretizam estes comportamentos abusivos?

Muitas das vezes estas vítimas disponibilizaram as suas casas, o seu espaço, e depois viram-se confinadas a um compartimento da casa apenas. Estes filhos, muitas das vezes, começaram a impor regras aos pais, nomeadamente horários para poderem frequentar compartimentos específicos da casa, como a cozinha ou o quarto de banho, e essas pessoas começaram a sentir-se vítimas nas suas próprias casas, uma vez que foi com receio dos comportamentos agressivos por parte dos filhos que começaram a ficar confinadas a um quarto em primeiro lugar.

Muitas das vezes recorrem à colocação de uma fechadura para garantir que no seu quarto estão em segurança e que não eram incomodadas sem o seu consentimento. E optam por fechar a porta à chave, garantindo que os seus rendimentos também não são recolhidos por parte dos filhos. Tudo isto começa como uma situação de violência psicológica e depois podemos afirmar que é também uma violência financeira.

Aquela mais evidente é quando os filhos pedem dinheiro aos pais de uma forma mais directa, no entanto, não foram raras as situações em que as vítimas falavam connosco e diziam que os filhos começaram a receber algum rendimento ou algum apoio social através do centro de emprego, mas a água, a luz, o gás e os alimentos eram sempre elas a garantir.

Isto não deixa de ser um tipo de violência financeira porque todas as despesas correntes aumentam exponencialmente quando deixa de existir apenas uma pessoa a viver numa casa e passam a existir três ou quatro, por que estamos a falar de famílias nucleares com filhos que passam a viver com os pais, e atendendo que as pensões não têm valores muito elevados, é evidente que mais dia, menos dia as vítimas começam a manifestar alguma necessidade a nível



Violência filiofamiliar é cada vez mais comum nos Açores, de acordo com as denúncias que chegam à APAV



Sílvia Branco é gestora do Gabinete de Apoio à Vítima de Ponta Delgada

e económico.

Como reagem as vítimas perante esta forma de violência?

Normalmente o que acontece é que enquanto existe a violência psicológica e a violência financeira, esta acaba por ser mais aceite. Quando começam a existir comportamentos mais agressivos a nível físico aí as vítimas acabam por nos pedir ajuda, e quando fazemos o diagnóstico social da situação percebemos que realmente estes com-

portamentos começaram há algum tempo mas a violência física será sempre a mais evidente e aquela que a vítima mais facilmente reconhece.

Há outra componente que dificulta todo o processo, nomeadamente a relação afectuosa que existe inevitavelmente entre pais e filhos. Muitas das vezes perante uma situação de limite que a vítima sente, apresenta queixa com a nossa orientação, com o nosso apoio, mas muitas das vezes quando é preciso prestar declarações já não conseguem.

As vítimas ainda associam que apresentar uma queixa significa que o alegado agressor irá ter uma pena de prisão efectiva e as vítimas não conseguem interiorizar e aguentar esta culpa por imaginarem os filhos presos. Isto é desmistificado aqui mas, como é óbvio, se a vítima não presta declarações e é a principal testemunha, muitas vezes o processo é arquivado.

Nesse caso, e tendo em conta um cenário de violência financeira, que medidas podem ser tomadas?

Quando falamos em habitações sociais, em que as vítimas vivem numa habitação social e, mesmo não devendo, acolhem na sua casa pessoas sem conhecimento dos serviços, o que nós fazemos é informar o serviço em questão para solicitar uma reestruturação do agregado familiar de que muitas das vezes os serviços nem têm conhecimento.

Por aí, muitas das vezes, conseguimos contornar a situação. Vamos imaginar que é necessário aconselharmos a vítima a sugerir que os filhos façam uma inscrição na Direcção Regional da Habitação para terem acesso a uma habitação social através dos programas de apoio ao arrendamento, por exemplo... Quando a vítima não quer apresentar queixa ou quer o seu espaço de volta nós tentamos sempre arranjar uma forma.

A nossa intervenção não é com os alegados agressores, mas é inevitável não haver alguma mediação para o bem geral. Nós temos conseguido apoiar as vítimas, mas passa quase sempre por retirar estes filhos da casa.

Outras penalizações não são comuns porque as vítimas acabam por não prestar declarações por não quererem associar uma pena de prisão efectiva ou uma ida a tribunal aos seus filhos, e muitas das vezes as vítimas não prestam declarações, ou porque o comportamento agressivo do filho ou filha se encontra atenuado, ou porque deixou de existir ou ainda porque a vítima deixou de nos dizer que



Um caso de violência doméstica e de divórcio na terceira idade em São Miguel

Apesar de as vítimas serem hoje “muito menos tolerantes” quando em comparação com outros anos, a realidade é que continuam a existir casos em que a violência se prolonga, ou até se inicia, na terceira idade.

ele existe.

Nesses casos o que pode a APAV fazer para garantir que o caso segue o seu curso?

Há situações em que quando a vítima não quer apresentar queixa, nós vemo-nos obrigados a fazê-lo porque esta é uma vítima especialmente vulnerável. Nós tentamos sempre através de uma relação empática e de confiança com a vítima fazer com que seja a mesma a reconhecer que está perante uma situação de crime.

Tentamos que seja ela a apresentar queixa porque todo o desenrolar do processo também depende do testemunho da vítima, e uma vítima consciencializada e preparada para enfrentar um processo-crime tem uma maior probabilidade de sucesso.

Quando tal não é possível nós fazemos uma avaliação de risco, já que a vítima não tem a percepção do risco em que se encontra mas nós temos, e aí denunciamos ao Ministério Público.

O que acontece várias vezes é que as vítimas e os alegados agressores são notificados e as vítimas ficam muito chateadas connosco, mas temos que ponderar o risco e a nossa relação de confiança com a vítima, e muitas das vezes sobrepõe-se o risco, principalmente se falarmos de filhos que consomem substâncias psico-activas ou que tenham alguma patologia mental associada.

É no que diz respeito à violência doméstica nesta faixa etária, o que acontece nos Açores?

As vítimas de violência doméstica ainda continuam a ser vítimas de violência doméstica de forma continuada, mas em 2006 fazia atendimentos em que a vítima estava nestas condições há mais de 25 anos e agora, embora seja continuada, a duração é bem menor.

As vítimas acabam por tolerar muito menos. No entanto, existem mais instituições, a divulgação dos serviços e a existência efectiva de um apoio gratuito e confidencial, mas ainda existem situações em que as vítimas são vítimas há imenso tempo.

O principal problema quando falamos de violência conjugal contra pessoas idosas é que a nível cultural não é aceitável a apresentação de queixa ou um pedido de divórcio em relação ao marido ou em relação à mulher.

As questões culturais ainda pesam muito,

o que as vítimas nos pedem é que se mudem os comportamentos agressivos dos parceiros e os discursos mais comuns são “já sou velha e vou divorciar-me? Vou apresentar queixa contra o pai dos meus filhos? Aguentei durante todos estes anos pelos meus filhos...”, quando num ambiente saudável é preferível viver numa família monoparental do que numa família nuclear onde existem comportamentos agressivos seja a nível físico ou a nível psicológico, de forma directa ou indirecta para com os filhos.

Quando as vítimas tiverem empoderamento acredito que, com base no nosso trabalho realizado em contexto de gabinete, quando estão decididas estão decididas, mas neste público-alvo é mais difícil de tomar estas decisões e estas iniciativas de procurarem os nossos serviços.

A violência doméstica e o divórcio na terceira idade

Foi este o caso de Leonor (nome fictício) que aos 67 anos de idade resolveu pedir o divórcio ao seu marido abusivo, contra o qual apresentou queixa à PSP depois de uma briga acesa que teve como origem o facto de ter descoberto que todas as suas poupanças tinham desaparecido da sua conta bancária.

Na altura, há seis anos, Leonor (hoje com 73 anos de idade) teria acabado de chegar à ilha de São Miguel depois de dois meses no Instituto Português de Oncologia (IPO), onde lutava contra um cancro no útero, quando percebeu que algo não estava bem ao ser notificada de uma multa que teria por pagar sem saber sequer de que se tratava.

“Quando cheguei a São Miguel disseram-me para ir ver se o dinheiro estava no meu nome e quando me disseram que não estava começou a guerra. (...) Depois disso, ele chegou a afogar-me e fiquei sem um dente por causa dele. A minha filha entrou para nos separar mas com a raiva arranhei-o na testa e quando ele viu o sangue ficou pior. Eu fugi com medo e ele mandou chamar os filhos todos”, conta.

A PSP chegou rapidamente e foi nesse dia que teve o seu primeiro contacto com o Gabinete de Apoio à Vítima de Ponta Delgada, diz Leonor, salientando que os contactos com a APAV funcionaram como importantes mediadores de conflitos



A violência doméstica pode prolongar-se ou iniciar-se na terceira idade.

enquanto o processo decorria e enquanto tinham os dois que continuar a viver debaixo do mesmo tecto, embora já tivesse decidido que não iria continuar casada.

Antes deste episódio, prossegue Leonor, descreve o ex-marido como um homem alcoólico, “violento com as palavras e ciumento. Se saía de casa era um problema!”, conta, adiantando também que era habitual sofrer de violência financeira, uma vez que este controlava tudo o que Leonor comprava: “antes também fazia problemas com as compras, tinha que ser tudo o que ele queria e gostava. Não me deixava fazer compras suficientes para o mês”.

Este seria o seu segundo casamento, tendo já passado por um primeiro casamento com um homem que era igualmente alcoólico e que, embora a tratasse mal, era “mais fácil de controlar”, tendo no entanto morrido quando um dos filhos do casal tinha apenas quatro anos de idade.

Assim, há 39 anos, começou a nova relação e acabou por se apaixonar pelo novo marido que

descreveu como “sendo tudo o que era bom e se tornado em tudo o que era mau”, atribuindo as culpas aos filhos que tinha também do seu primeiro casamento, que “por não terem nada em seu nome revoltaram-se contra o pai”.

Apesar de o processo ter tido o devido encaminhamento, Leonor conta que pouco depois do divórcio o ex-marido adoeceu muito, fazendo com que ficasse internado no hospital durante mais de um ano, apesar das tentativas para que fosse a ex-mulher a cuidar daquele que seria, alegadamente, o seu agressor.

Mais tarde, o ex-marido viria a falecer mas antes disso decidiu perdô-lo. “Ele nunca chegou a responder em tribunal pelo que fez porque eu o perdooi. Neste tribunal, quando chegou o dia de prestar declarações, disse que era altura de acabar com o processo. Ele estava acamado e já nem falava, e eu disse à juíza que preferia perdô-lo em vida e que a partir daí que Deus lhe desse o eterno descanso”.

Joana Medeiros



ID: 81052280

15-06-2019

“Cem anos de solidão”, cem anos de esquecimento



Rosa M.M. Venâncio*

15 de Junho, Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas

Dia após dia, adicionamos um número aos dados da violência contra as mulheres com a nítida sensação de que o somatório insiste em continuar para o “infinito”. Esta absurda tendência não vislumbra o fim! E basta para tal ir às conclusões do Estudo Nacional sobre a Violência no Namoro, que realçam que 67% do total de jovens aceita como natural pelo menos uma das formas de violência na intimidade. Esta “nor-

malidade”, esta quase legitimação social, é assustadora.

Sendo a violência um fenómeno transversal a diferentes “comunidades”, diversificam-se diagnósticos, reformulam-se indicadores, tomam-se medidas, mais ou menos “setoriais”, mas este flagelo insiste em manter-se atual. Parece estar-se sempre a voltar ao princípio, na esperança de encontrar um final feliz! Em resposta a quase todas as questões surge sempre uma palavra milagrosa; Sim a Educação como solução para todos os males.

Contudo, temo que não o seja, sobretudo, quando conheço os dados da violência sobre as crianças e não consigo deixar de pensar que as negativas consequências da exposição a diferentes formas e contextos de maus tratos podem vir a refletir-se ao longo das suas vidas. De facto, registam-se casos de violência contra desde crianças de tenra idade até idosos, sendo que nos limites de idade as discriminações não têm o foco na questão de género, nem de raça,

ou credo, mas em fragilidades e nas “falsas hierarquias de poder”.

Hoje, dia em que o meu pai faria 85 anos, quero dedicar o meu pensamento a esta população que, ainda, não tem voz e é sujeita à humilhação das violências “despercebidas e silenciosas”... Apesar da desfragmentação de indicadores tais como abandono, negligência, abusos psicológicos, entre outros, serem importantes, assim como a desmaterialização das suas causas, é claro, para mim, que o interessante seria saber o que ainda não foi feito... Existe cada vez mais visibilidade desta violência e, provavelmente, por péssimas razões, como indica o número de episódios reportados pela APAV.

Quanto tempo será preciso para a inversão desses números, uma, duas décadas? Nós não podemos esperar, até porque também estamos a envelhecer! A gravidade é tal, pelo desrespeito e a crueldade desta indiferença, que nos deveria fazer corar de vergonha! Vamos mobilizar-nos para retirar da agenda a violência e

maus tratos contra quem tem voz e quem não tem, e olhar para todas as formas de violência como se de um de crime público se tratasse. ◀

* Professora do Instituto Politécnico de Viana do Castelo)

Artigo escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

”

Vamos mobilizar-nos para retirar da agenda a violência e maus tratos contra quem tem voz e quem não tem, e olhar para todas as formas de violência



ID: 81074383

13-06-2019

*Na EB 2 de Paços de Ferreira***Projeto SER Plus apresentado por gabinete da APAV**

O projeto SER Plus - Sensibilizar e Educar para os Relacionamentos, foi apresentado no passado dia 29 de abril, na EB 2 de Paços de Ferreira, pelo gabinete camarário da Associação Portuguesa de Apoio à

Vítima (APAV), tendo contado ainda com a participação do presidente da Câmara Municipal, Humberto Brito. Esta iniciativa envolve as escolas de Paços de Ferreira, Meixomil, Penamaior e Ferreira.



PAIS EM TEMPOS DE CRISES

A violência sexual em crianças e adolescentes



Mário Freire
Professor

Foi dada a notícia no passado dia 28 de Maio, pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), que uma média de 22 crianças por mês são vítimas de violência sexual. A notícia inclui outros dados. Assim, cerca de 80% das vítimas são raparigas entre os oito e os dezassete anos, sobretudo residentes nos distritos de Lisboa e Porto. O que mais impressiona, contudo, é estes crimes ocorrerem no seio da família e serem os próprios pais, dentro de casa, os primeiros violadores. A APAV adianta ainda outros dados estatísticos mas estes são já suficientes para nos fazerem reflectir.

Têm sido feitos muitos estudos sobre as personalidades dos violadores e julga-se que pode haver

várias causas para que uma pessoa se torne um destes agressores. Uma das que parece ser das mais relevantes é a vontade de o violador querer dominar a vítima, ter uma ânsia de poder, de a subjugar. Este exercício perverso do poder parece dar-lhe mais prazer do que o próprio acto sexual.

Ora, não sendo regra, muitos violadores há, com complexos de inferioridade, com baixa autoestima, que para satisfazerem esse tal desejo de poder, vão procurar vítimas mais frágeis sob o ponto de vista físico e que não ponham em causa essa sua vontade de dominar. Por isso, as crianças e os adolescentes serão as vítimas mais apropriadas para satisfazerem esse desejo de subjugar os outros.

Outra causa tem sido apontada para explicar a personalidade do violador: o ter sido ele próprio, enquanto criança, vítima de violação. O quadro de referência que ele assimilou foi o de que o acto sexual se associa a uma agressão, em que alguém mais poderoso violenta outro mais débil.

Todas estas causas podem dar uma justificação para a violação e

até serem aplicadas nos casos em que ela tem lugar dentro da família. Mas, mais do que explicá-la, como aceitá-la? Não é a família o primeiro refúgio onde a pessoa e, especialmente, a criança encontra abrigo, quando se vê ameaçada, quando algo lhe corre mal? Não é a família e, especialmente os pais, que primeiro avançam e tudo fazem para proteger os seus filhos, perante qualquer perigo?

É bom que não ignoremos os dados apresentados; no entanto eles têm que ser, na grande maioria dos casos, devidamente inseridos em ambientes familiares e sociais muito disfuncionais. A família, apesar das novas formas de conjugalidade que a sociedade contemporânea nos oferece, continua a ser o primeiro esteio, que ajuda, auxilia e protege aqueles que nela vivem e, muito especialmente, as crianças e adolescentes. Todos os esforços que os elementos de uma família façam para que funcione adequadamente, são esforços que se fazem em prol de uma sociedade menos agressiva e mais solidária.

freirem98@gmail.com

Prevenção da Violência Contra Pessoas Idosas

A Unidade de Cuidados na Comunidade-UCC Torre de Sinos e a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, promovem Campanha de sensibilização em Miranda do Corvo

A 15 de junho, assinala-se o Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas.

Para assinalar este dia, irá decorrer uma campanha de sensibilização junto da população do concelho de Miranda do Corvo, de 10 a 16 de junho.

A iniciativa decorre da colaboração entre a Unidade de Cuidados na Comunidade Torre de Sinos e a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, e é dinamizada pelas estudantes do 4.º ano do Curso de Licenciatura em Enfermagem a realizar Ensino Clínico nesta Unidade de Saúde.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a violência é “o uso de força ou poder, através de ameaça ou agressão real, contra si mesmo, contra outra pessoa, grupo ou comunidade, que resulta ou tem grande probabilidade em resultar em ferimentos, morte, prejuízos psicológicos, problemas de desenvolvimento ou privação”.

Assim, os abusos ou maus tratos, sinónimos para violência, podem ser físicos, sexuais, psicológicos, financeiros ou até mesmo caracterizarem-se pelo abandono e autonegligência.

Diversos fatores contribuem para a diminuição da capacidade de reação do idoso e impedem a formalização das denúncias, nomeadamente, o medo de represálias ou de agravamento da violência, vergonha, sentimento de culpa, afeto pelo agressor, dependência e isolamento social.

A violência contra os idosos é um problema de saúde pública preocu-

pante, pelo crescente número de casos identificados. Ocorre tanto nos espaços familiares como nas instituições.

O estudo realizado pelo Instituto Nacional De Saúde Dr. Ricardo Jorge, em 2014, a partir de uma amostra de 1123 pessoas, com 60 e mais anos, a residir em Portugal, indica que na região Centro, 13,8% das pessoas inquiridas era vítima de alguma forma de violência.

Em Portugal, entre 2013 e 2017, a Associação de Apoio à Vítima (APAV), registou um total de 5.683 processos de apoio a pessoas idosas, em que 4.556 foram vítimas de crime e de violência.

Na maioria dos crimes, o agressor é filho/a da vítima e a residência comum é o local mais escolhido para a “ocor-

rência dos crimes”.

A linha SOS Pessoa Idosa indica que em 2018 os casos reportados de violência sobre pessoas idosas aumentaram 20 por cento. Este serviço recebeu mais de 300 pedidos de ajuda em 2018.

A violência é um crime público. Caso sejam observadas situações de violência, estas devem ser denunciadas. A denúncia pode ser anónima.

Os pedidos de ajuda e sinalizações dos casos podem ser efetuados para as seguintes linhas de apoio: APAV – 116006; Linha SOS Pessoa Idosa - 800990100; Linha do Cidadão Idoso - 800 20 35 31; Linha Saúde 24 Sénior - 808 24 24 24; Rede social de apoio ao idoso – 144 ou com a Guarda Nacional Republicana (GNR) local.





Distrito de Setúbal

APAV apoia 48 crianças e jovens vítimas de violência sexual

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apoiou 48 crianças e jovens no distrito de Setúbal, vítimas de violência sexual, entre Janeiro de 2016 e Maio de 2019. Os números constam do relatório da APAV que criou a Rede CARE, apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual, que conta com quarenta meses de actividade.

Setúbal é o terceiro distrito como mais casos a seguir a Lisboa, com 303 e o Porto, com 150. O grupo etário mais apoiado é dos 14 aos 17 anos, sendo 80% raparigas.

De referir que a rede tem um conjunto de instituições de apoio. No caso de Setúbal é no edifício da Câmara Municipal de Setúbal, sito na praça do Brasil, n.º 17.

A nível nacional, o apoio foi prestado a 881 crianças e jovens vítimas de violência sexual, bem como 140 familiares e amigos/as, o que se traduz em mais de mil pessoas apoiadas em 40 meses. Foram ainda feitos mais de 10 mil atendimentos.

A maioria das situações vivenciadas pelas vítimas ocorreu em contexto intra-

familiar (54,1 %) e dizia respeito ao crime de abuso sexual de crianças, cometido contra ou em menor de 14 anos (62%).

A APAV tem dedicado especial atenção a esta temática desde Janeiro de 2016 com a criação da Rede CARE, uma rede de apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual.

Em paralelo com estes dados, foram apresentados os novos recursos de conhecimento da Rede CARE: o novo microsite, a segunda edição do Manual CARE e uma nova campanha de sensibilização pública.

A APAV está disponível para apoiar: através da Linha de Apoio à Vítima 116 006 (chamada gratuita, dias úteis, 9h-21h), Messenger (Facebook), videochamada (Skype: apav_lav) e através de uma rede nacional de 20 Gabinetes de Apoio à Vítima.

De salientar que entre 2013 e 2018, a APAV apoiou mais de 5.600 crianças e jovens, vítimas de mais de 9.500 crimes.

Destas vítimas, mais de 57 % são filhos/

as dos/as alegados/as autores/as. Com efeito, o espaço de segurança que deveria ser a casa onde residem é, não raras vezes, transformado num cenário de violência a que crianças e jovens são sujeitos, direta ou indiretamente.

Em contexto doméstico, verificam-se maioritariamente situações de violência psicológica (cerca de 37,4 %) contra as crianças e jovens.

Independentemente do tipo de violência de que possam ser alvo, verifica-se um relativo equilíbrio no género (embora a maioria das situações digam respeito a crianças e jovens do sexo feminino, sobretudo a partir de 2017) e na idade (apesar do maior número de pedidos de apoio para jovens entre os 11 e os 17 anos) das crianças e jovens vítimas de crime.

Regista-se ainda uma tendência crescente nos pedidos de apoio relativos a crimes de natureza sexual perpetrados contra crianças e jovens – uma tendência que se acentuou entre os anos de 2016 e 2018.



IRS solidário / Solidarity tax

Antes de junho terminar, não se esqueça de entregar o IRS referente aos rendimentos de 2018. Ao fazê-lo, pode consignar 0,5% do IRS liquidado a uma organização e, desta forma, ajudar a dar asas a várias causas sociais. Isto, claro, sem qualquer custo para si e sem qualquer impacto no reembolso que eventualmente possa vir a receber. A TAP colabora com as organizações Asas TAP, APAV, Centro de Alojamento Temporário de Tercena, Estímulo, Médicos do Mundo, Mundo a Sorrir, Orquestra Geração, SIM - Solidariedade Internacional a Moçambique, SURF Adaptado, Take C'Air Crew Volunteers, Terra dos Sonhos e We Are Changing Together. Pode ajudar estas instituições com o seu IRS, preenchendo o quadro 11 da folha de rosto da respetiva declaração. Um ato sem custos, que pode fazer a diferença na vida de outras pessoas.

Don't forget to complete and send your IRS (income tax) documents for the 2018 tax year. When you do, you can set aside 0.5% of your assessed income for an organisation and help various social causes. This has no cost to you and no impact on any rebate you might receive. TAP works with Asas TAP, APAV, Centro de Alojamento Temporário de Tercena, Estímulo, Médicos do Mundo, Mundo a sorrir, Orquestra Geração, SIM - Solidariedade Internacional a Moçambique, SURF Adaptado, Take C'Air Crew Volunteers, Terra dos Sonhos and We Are Changing Together. You can help these institutions with your IRS by filling in box 11 on the front page of your declaration, making a difference to other people's lives in the process.



B ZOOM // **SORRI ESTÁS A SER FILMADO**

A partilha de imagens de momentos íntimos é cada vez mais fácil, mas há que não guarde esses conteúdos só para si. Falámos com o psicólogo Halley Pontes, com o deputado Pedro Delgado Alves, com um cúmplice de um agressor e com vítimas da pornografia de vingança para compreender como funciona e o que motiva este crime.

TEXTO DE *Maria Moreira Rato*



E se cairmos na armadilha da privacidade?

A partilha de fotografias comprometedoras (nudes), vídeos, áudios ou mensagens de cariz erótico (sexting) está cada vez mais fácil graças às novas tecnologias. O problema é que quem recebe estes conteúdos nem sempre os guarda para si.

MARIA MOREIRA RATO
maria.rato@newsplex.pt

Duarte (nome fictício) tem 30 anos mas ainda não esqueceu aquilo que fez – ou o que não fez e devia ter feito – quando frequentava o 12º ano. Na altura, um amigo criou um site destinado à disseminação de conteúdos de pornografia não consensual. Quem o alimentava era um outro jovem, também menor à época, que se envolvia com adolescentes “e mostrava as fotos para se gabar”. Duarte acredita plenamente que “nenhum dos intervenientes mediu bem aquilo que estava a ser feito” e, refletindo, admite que ele próprio “não tinha a consciência moral de hoje”.

O esquema, que durou dois meses, contava até com um e-mail criado com um único propósito: receber fotografias, vídeos e áudios de cariz erótico. “Não faltaram voluntários. Tenho a sensação de que a maior parte das pessoas enviava por diversão e não por malícia ou vingança”, refere Duarte. Hoje sente remorso: “Se não sentíssemos vergonha daquilo que fizemos no passado, seria sinal de que não aprendemos nada”. Quando os pais das vítimas denunciaram o sucedido às autoridades, a consequência foi o encerramento da plataforma.

“Já aconteceu há muito tempo e para mim é uma espécie de esqueleto no armário, envergonho-me e sinto-me culpado por não ter feito nada. Fui cúmplice de toda a situação”, penitencia-se. De facto, Duarte não se engana no que diz respeito à responsabilidade criminal. O Código Penal esclarece a diferença entre coautoria – cada participante é responsável pelo resultado, mas com base “numa decisão conjunta e com forças conjugadas” – e cumplicidade – o cúmplice facilita os ilícitos através do auxílio material ou moral.

No auge da juventude, Duarte julgou que acompanhar o processo seria divertido, mas a infelicidade que daí tem resultado não é agradável: “Uma parte de mim sabia que aquilo que estava a ser feito era errado mas limitava-me a ouvir as histórias que ele contava e a acompanhar a confusão que se gerou”.

E deixa um conselho: quem enviar conteúdos eróticos deve estar ciente do risco que corre, fazendo o possível para preservar a identidade: “As pessoas devem certificar-se de que o destinatário é de confiança. Uma outra boa forma de preservar a privacidade é omitir o rosto e também sinais ou tatuagens”.

ACUSADO? SIM, MAS INJUSTAMENTE “Há sete anos, no meio de uma fase muito

confusa da minha vida, fui apoiado por aquela que era então a minha melhor amiga. Ela tinha deixado recentemente o namorado e tornámo-nos muito próximos”. É assim que Francisco (nome fictício), de 39 anos, explica como começou a relação que foi assumida “depois de uma noite interessante”. O profissional de saúde sabia que, fora do tra-

balho, tinham “muitíssimo em comum”. Mas nem tudo eram rosas na relação, como Francisco veio a descobrir.

Além das diferenças de classes sociais que criavam um fosso entre eles, havia também uma teia de enganos. Francisco passou pela emoção de ser pai, quando a namorada lhe contou estar grávida, e até acreditou ter perdido uma criança... Na realidade, tudo não passava de mentiras fabricadas pela mulher que amava. “Querida, não te preocupes. Quando dei por mim, tinha uma pessoa que me odiava e me acusava de muitas coisas feias”. Uma delas, violação.

A namorada fotografava-se, de livre vontade, em roupa interior e até mesmo nua. Pouco depois do fim da relação, Francisco viu-se confrontado com algo que nunca imaginara: no Chive, uma plataforma conhecida pela difusão de fotografias e vídeos virais, surgiram imagens da sua ex-companheira... sem uma única peça de roupa. “Ela cortou o cabelo depois de acabarmos e, nas publicações, já o tinha curto. Na altura, disse às amigas que eu andava a expô-la na internet”. Por nutrir um sentimento de amizade tão forte pela suposta vítima, nunca optou por enveredar pela via judicial. Encarando as acusações como o produto “de uma mente desarranjada”, decidiu que explo-

“Se não sentíssemos vergonha daquilo que fizemos seria sinal de que não aprendemos nada”, diz Duarte

“Quando dei por mim tinha uma pessoa que me odiava e me acusava de muitas coisas feias”, recorda Francisco





Muitos homens têm necessidade de mostrar aos pares que não só conseguem seduzir uma mulher como persuadi-la a aceitar que o ato seja filmado

DR

rar a questão não beneficiaria ninguém. "Continuou a fazer a vida dela e a dizer a várias pessoas que a usei", revela. Dois anos depois, um e-mail ressuscitou a amizade – ou, pelo menos, promoveu uma pequena aproximação. Francisco, hoje casado e pai de filhos, não guarda rancor pelo sucedido e até diz que se a antiga namorada precisar de si "sabe onde o encontrar".

A PERSPETIVA PSICOLÓGICA Halley Pontes, psicólogo clínico português e docente na Universidade da Tasmânia, na Austrália, acredita que existe um conjunto de sintomas que as vítimas podem apresentar após passarem pela devassa da vida privada, ainda que o impacto da pornografia não consensual seja bastante amplo e disseminado. Segundo Pontes, as vítimas experienciam elevados níveis de vergonha e humilhação pública, incapacidade de encontrar novos parceiros românticos, perda de trabalho ou problemas em obter um novo emprego, intimidação e perseguição (stalking). Por outro lado, os prejuízos do foro mental traduzem-se em stress pós-traumático, ansiedade, depressão e até mesmo ideação suicida – sendo que as ofendidas recorrem também a estratégias como a automedicação para lidar com o trauma.

E os agressores? O que os leva a per-

petuar este tipo de comportamentos? Vingança? Dependência emocional? Influência dos pares? Halley Pontes julga que o perfil psicológico dos agressores se baseia em pilares distintos: no caso dos homens, há a necessidade de mostrar aos pares que se é capaz não só de ter envolvimento sexual com uma mulher, mas também de persuadi-la a

O fenómeno é conhecido como candaulismo, em referência ao deus grego que exibia as companheiras nuas ao seu guarda-costas

“Muitas das vítimas não procuram meios de ajuda devido à crença irracional de que o problema se irá agravar”

que o ato seja filmado – “este fenómeno é descrito como candaulismo, em referência ao deus grego Candaules, que exibia as suas companheiras, nuas, ao seu guarda-costas Gyges”. É importante salientar também que há casos de uma revolta interior que acaba por ser expressada contra todas as mulheres, “embora esta motivação não seja a mais comum”.

Ambos os géneros pretendem vingar-se do parceiro pelo fim do relacionamento. “É uma resposta disfuncional à dor psicológica da perda do objeto de amor”, explica o psicólogo. Uma resposta, note-se, que não tem em conta as consequências das suas ações: “O mundo é um lugar pequeno e, quando algum conteúdo é postado na internet, dificilmente irá ser retirado”.

E a personalidade, como pode ser retratada? Para o investigador, cujos principais interesses são os temas relacionados com as adições comportamentais e tecnológicas, e que integra a International Gaming Research Unit, “a maior parte dos agressores apresenta traços de personalidade borderline [transtorno de personalidade que se caracteriza por sintomas como a instabilidade emocional e a desarmonia nas relações interpessoais] e psicopáticos que estão na base da falta de empa-

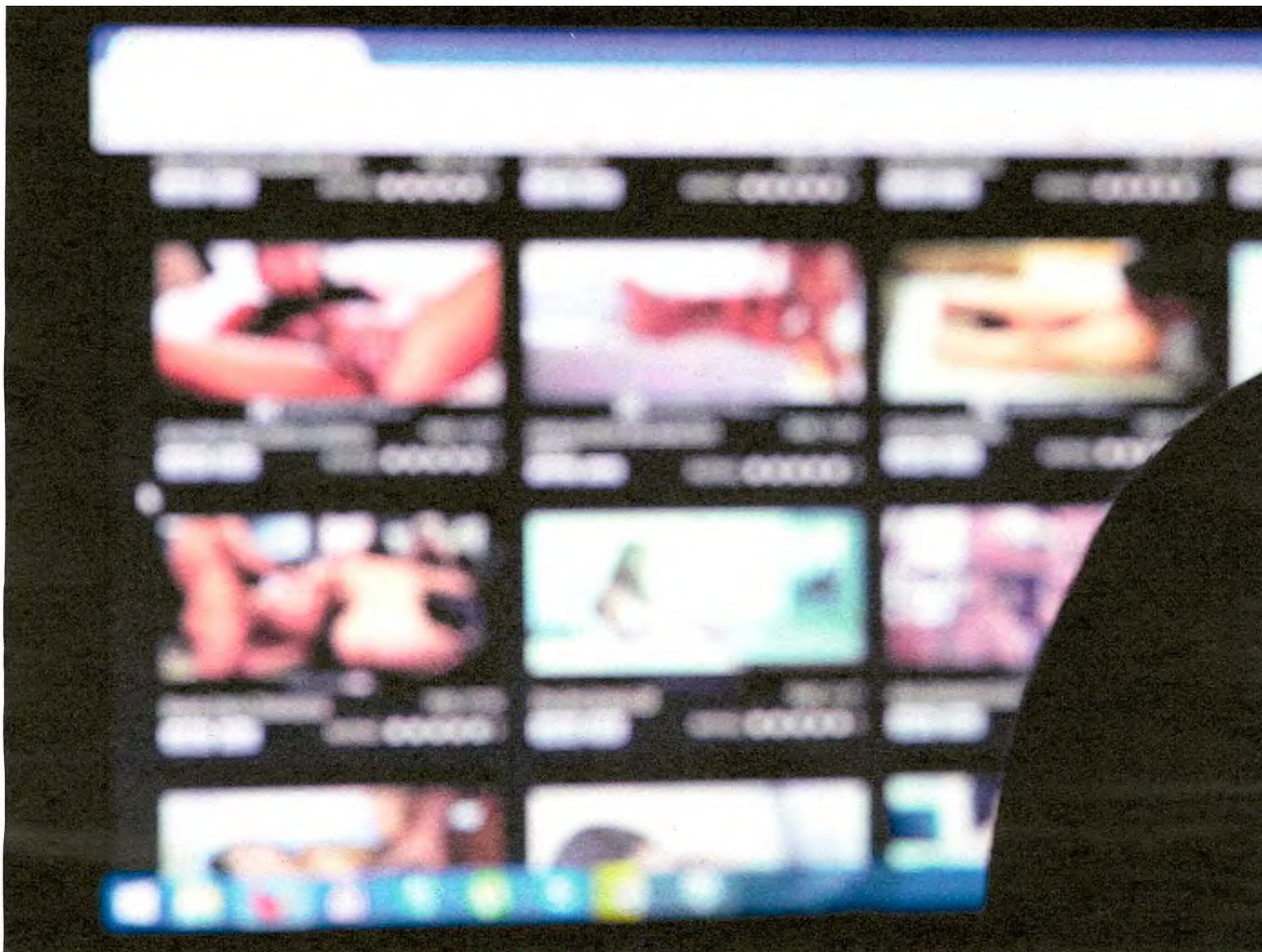
tia demonstrada para com o sofrimento das suas vítimas”.

Na ótica do investigador, a camada mais nova – o principal alvo deste crime – tem de aprender a defender-se: “A abordagem mais saudável de cariz preventivo passa essencialmente pela não partilha de conteúdos de cariz sexual com terceiros e pelas campanhas de consciencialização em meios escolares, por fim a reduzir a incidência destes comportamentos em jovens e a minimizar os danos causados pela pornografia de vingança”.

E existe um tabu em torno destas infrações? Pontes acredita que sim: “Por vezes pode ser criado um tabu em redor deste crime. Muitas das vítimas optam por não procurar tais meios de ajuda devido à crença irracional de que o problema se irá agravar. Este fenómeno também é potenciado pela culpa e vergonha que as vítimas podem vivenciar, o que não facilita a procura de ajuda”.

“O AMOR É CEGO, MAS DUVIDO QUE ME VOLTE A CEGAR DESTA FORMA” Em 2018, 96% dos delitos registados pela APAV correspondiam a crimes contra as pessoas. Desses, 0,6% diziam respeito à devassa da vida privada, onde se inclui a pornografia de vingança. No ano pas-

continua na página seguinte >>



>> continuação da página anterior

sado, Ana (nome fictício), de 48 anos, fez parte desta estatística. E nos cinco anos anteriores também. Ao viver uma relação abusiva após anos de solidão, enquanto criava a filha sozinha, achou que o antigo companheiro era a pessoa ideal. Mas rapidamente percebeu que ele usava uma fachada de “pessoa muito liberal, que aceitava as coisas” simplesmente para explorar todas as esferas da vida de Ana a seu bel-prazer.

“Acordámos que trocaríamos fotos. Só que ele era uma pessoa muito misteriosa e eu tive de ir descobrindo pormenores a pouco e pouco”. Um dos detalhes comprometedores que a profissional de saúde desvendou foi em pleno jantar com um casal de amigos. “Onde é que os conhecestes?”, perguntou ela. “Num site de encontros”.

Lentamente, Ana começou a aperceber-se de que o seu quotidiano assentava nos desejos do namorado, que acabaria por tornar-se a maior desilusão da sua vida.

Durante as sessões de *sexting* (uma espécie de prova de amor consumada através do envio de fotografias eróticas), Ana pedia ao amado que nunca divulgasse aqueles momentos tão íntimos. No entanto, quando as máscaras

que o homem usava se tornaram insuficientes e decidiu colocar um ponto final no relacionamento, as piores dúvidas confirmaram-se. “Até hoje, não sei se ele chegou a fazer um perfil com os meus dados. Falava disso constantemente. Exigi que apagasse as fotos todas mas ele não o fez”, recorda, apontando que não lhe apetece “mexer em nada

“Onde os conhecestes?”, perguntou ela num jantar com um casal de amigos. “Num site de encontros”

Lajuan e Billy Wood viviam numa pacata cidade do Texas quando a Hustler publicou uma foto escaldante do casal

disso nem regressar ao passado”. E continua: “Até porque um castigo ele já tem: a vida corre-lhe sempre mal e ele não percebe porquê. Quando prejudicamos os outros, o retorno só pode ser mau”.

A incógnita sobre se os seus dados e imagens estão disponíveis em sites de encontros paira como uma nuvem negra sobre a cabeça de Ana mas, numa inversão da nova até à velha criminalidade, a vingança do seu ex-namorado ganhou contornos inesperados: certo dia, Ana recebeu um telefonema “muito estranho, de um senhor do Norte” que tinha visto um anúncio seu num jornal. Surpreendida com a chamada, perguntou ao interlocutor se a podia elucidar: “A senhora está à procura de noivo”, responderam do outro lado da linha telefónica. Durante dias consecutivos ouviu a mesma frase, sempre pelas 23h.

“O amor é cego, mas duvido que me volte a cegar desta forma. Sinto que estou muito mais cautelosa, desconfiada e impaciente”, conclui a vítima. “Todas as experiências são válidas mas esta valeu por muitas”.

ENTRE A AVENTURA E O PERIGO Em 1976, a revista pornográfica norte-americana *Hustler* publicou a primeira de uma série de reportagens mensais sobre mulheres, os seus hobbies e fantasias

sexuais, muitas das vezes revelando a identidade das pessoas ouvidas. Em 1979, o suplemento foi oficializado e, durante décadas, foram forjados formulários de consentimento. O caso mais flagrante foi o do casal Lajuan e Billy Wood, que vivia na pacata cidade de Bryan, no Texas. As fotografias de uma animada e escaldante tarde de verão foram escondidas no fundo de uma gaveta e roubadas por um vizinho. Uma das legendas que acompanhavam as imagens enviadas à publicação dizia: “Lajuan Wood, 22 anos, é mãe e dona de casa em Bryan, Texas. Fantasia com uma orgia com motoqueiros”. Mesmo com 150 mil dólares (aproximadamente 131 mil euros) de indemnização dados pela revista, Wood nunca recuperou psicologicamente da exposição pública.

Entre 1997 e 2012, o artista e investigador italiano Sergio Messina dedicou-se à compreensão do universo da disseminação de pornografia amadora online. Analisando desde os grupos no portal Yahoo!, passando pelo sistema de discussão Usenet, usado como fórum de debate, Messina concluiu que, nesta última plataforma, vários utilizadores divulgavam imagens das suas ex-namoradas. Entrevistando-os, criou um termo para designar aquilo que faziam: *realcore*, que aglomera o *softcore* (sexo



Duarte (nome fictício) sente remorso por não ter denunciado um amigo que tinha um site onde divulgava vídeos privados sem consentimento dos protagonistas

DREAMSTIME

simulado ou de caráter teatral, fotográfico, pictórico) e o *hardcore* (sexo real, consumado, gravado).

“O SER HUMANO MAIS ODIADO DA INTERNET” O primeiro *website* da chamada pornografia de vingança, o *isanyoneup.com* (em português, “está alguém acordado?”), foi criado em 2010 pelo californiano Hunter Moore, habitualmente apelidado de “o ser humano mais odiado na internet”. Durante dois anos, o site gerou lucros mensais de 13 mil dólares – e 10 milhões de visualizações a cada trinta dias – mas a discórdia instalou-se à medida que os conteúdos explícitos se acumulavam. A verdade é que as fotografias e vídeos eram associados aos perfis de Facebook e Twitter dos protagonistas e as queixas não tardaram em aparecer: “O meu computador foi hackeado” ou “o meu namorado publicou isto para se vingar” eram as frases mais repetidas.

Charlotte Laws, mãe de uma das ofendidas do site de Moore, decidiu perscrutar a vida do criminoso e durante dois anos juntou provas e reuniu os testemunhos de quarenta vítimas, que posteriormente entregou ao FBI. Em fevereiro de 2015, o jovem foi acusado de roubo agravado de identidade e de acesso não autorizado a dispositivos infor-

máticos. Condenado a uma multa de 2 mil dólares, foi obrigado a eliminar todos os ficheiros pornográficos existentes no seu computador, passou dois anos e meio na prisão e, agora, cumpre três anos de liberdade condicional.

Uma das vítimas do fenómeno da *revenge porn* foi Holly Jacobs, uma doutoranda em Psicologia na Florida Internatio-

Hunter Moore, criador do primeiro website de pornografia de vingança, é um dos homens mais odiados do mundo

Holly Jacobs, doutoranda em psicologia, não ficou de braços cruzados e criou a campanha End Revenge Porn

nal University, que em 2012 viu o seu corpo exposto na internet pelo ex-namorado. Mas não ficou de braços cruzados nem paralisada pela vergonha. Após tentativas goradas de obter ajuda de advogados e de descobrir que existiam poucos recursos em que pudesse apoiar-se, criou a campanha End Revenge Porn (ERP) em agosto do mesmo ano. Volvido um ano, já se tinha aliado a outros sofreadores que, depois de romperem o silêncio, queriam fazer da dor um instrumento de generosidade e evolução. Deste modo, nasceu a associação irmã da ERP, a Cyber Civil Rights Initiative, que oferece serviços como uma linha telefónica de apoio e auxílio emocional e judicial a vítimas de transgressões como assédio ou sextortion (chantagem sexual, com recurso a meios como a gravação de atos sexuais via webcam).

GIGANTES DA INTERNET CONTRA A FALTA DE CONSENTIMENTO “Reconhecemos que a partilha não consensual de imagens e vídeos nus e sexualmente explícitos é angustiante”. É esta a mensagem que a Google apresenta aos utilizadores da ferramenta “Remover imagens explícitas”. Os requisitos para que a equipa técnica proceda à análise dos processos enviados são três: “está nu ou é mostrado num ato sexual”, “pre-

tende que o conteúdo seja privado e as imagens foram disponibilizadas publicamente sem o seu consentimento” e “não concordou com o ato e as imagens foram disponibilizadas publicamente sem o seu consentimento”. A multinacional esclarece que os resultados podem deixar de aparecer após uma pesquisa, contudo não podem ser removidos dos websites, apelando aos utilizadores que contactem os administradores das plataformas em questão antes de tomar este passo. Os dados pedidos? Nome completo, país, e-mail ou contacto telefónico, URL do conteúdo e screenshots das imagens ofensivas para que a equipa tenha a certeza de que está a remover os resultados certos.

Volvidos dois anos, o Facebook lançou o mote para a fácil denúncia de fotografias íntimas publicadas, sem consentimento, na rede social. Quando um utilizador faz uma denúncia à equipa técnica, o caso é avaliado para ser tomada a decisão de retirar ou não a imagem em causa. De mãos dadas à tecnologia, a empresa de Mark Zuckerberg usa a tecnologia Photo DNA para identificar imagens semelhantes entre si e, assim, conseguir fazer um rastreio de conteúdos mais eficaz.

Também o Reddit – plataforma que **continua na página seguinte >>**



Portugal aprovou a 9 de agosto do ano passado uma lei para punir a divulgação de fotos ou filmagens de momentos de intimidade

DR

» continuação da página anterior

se define como “o melhor da internet num só sítio” – anunciou em fevereiro de 2015 uma alteração da política de privacidade crucial: qualquer conteúdo sexualmente explícito publicado sem o consentimento daqueles representados seria automaticamente eliminado.

Um mês depois, o Twitter seguia-lhe as pisadas com novas regras para abordar a publicação de conteúdo não autorizado: “Qualquer link para uma fotografia ou vídeo dos utilizadores em estado de nudez ou envolvidos em qualquer ato de conduta sexual pode ser denunciado e eliminado”.

PARA GRANDES MALES... QUAIS SÃO OS REMÉDIOS? Na luta legislativa, Portugal não foi pioneiro. A pornografia de vingança é crime em Inglaterra e no País de Gales desde 2015, na Escócia, na Irlanda do Norte e na Alemanha desde 2016. Nos EUA, o District of Columbia (a região administrativa onde se situa a capital, Washington) deu um passo em frente, em junho de 2013. Em território lusitano, o combate à revenge porn arrancou com o projeto de lei n.º 736/XIII, que “reforça a proteção jurídico-penal da inti-

midade da vida privada na internet”. A iniciativa, da autoria de deputados socialistas, prevê a punição com uma pena de prisão entre dois e cinco anos “se o agente praticar o facto mediante a difusão através da internet, ou de outros meios de difusão pública generalizada, de dados, fotografias ou filmagens relativos à intimidade da vida

A nova lei prevê dois a cinco anos de prisão para quem difundir dados, fotografias ou filmagens da intimidade

“Em relações interpessoais, a confiança é quebrada, não só a reserva da vida privada”, diz Delgado Alves

privada de uma das pessoas aí referidas sem o seu consentimento”. A 9 de agosto do ano passado, o decreto tornou-se lei.

“Era uma alteração razoavelmente simples: criou-se uma agravante para crimes que já existiam, sendo que as penas são elevadas um terço quando os factos criminosos são praticados no contexto de violência doméstica”, declara ao i Pedro Delgado Alves, atual presidente da Junta de Freguesia do Lumiar e um dos autores do projeto de lei. Na sua opinião, aquilo que torna os crimes de devassa da vida privada diferentes e merecedores de molduras penais mais graves tem que ver com a escala de disseminação virtual: “Através da internet, os danos tornam-se quase irreversíveis. Por mais que se detetem os sites e se realize o trabalho moroso de exigir a remoção dos conteúdos, isso não implica que deixem de ser visualizados algures”.

“O digital é quase indestrutível, porque a emergência de imagens e o seu ressurgimento são muito superiores”, esclarece o também docente universitário, recordando que “são muitos casos mas há poucas jurisprudências por vergonha, receio de humilhação e medo de dar ainda mais eco às circunstâncias”. Relativamente às penalizações,

nota que “em relações interpessoais, há uma pequena nuance: a confiança é quebrada, não só a reserva da vida privada”. A legislação é objetiva mas, remata, em casos de proximidade entre vítima e agressor “a censura devia ser adicional”.

Reconhecendo que os utilizadores são pouco cautelosos e, recorrentemente, não se apercebem dos riscos que estão a correr em meio virtual, Delgado Alves apresenta a sua teoria respeitante à pornografia de vingança: “A fraca perceção dos limites de privacidade, sem a noção de que qualquer coisa viraliza, não é nem pode ser uma atenuante para quem pratica os crimes”. Em Portugal, continua, “não há muitos estudos acerca do fenómeno” mas diz que não ficaria espantado se “o quadro fosse semelhante ao de outros países, como Espanha, que já motivou alterações legislativas”.

Delgado Alves não consegue quantificar o número de ofendidos mas assegura que no próximo ano este crime já constará no relatório anual de segurança interna e em relatórios de criminalidade do Ministério Público. De uma coisa não tem dúvidas: daqui em diante a pornografia de vingança “estará debaixo de um radar que não existia outrora”.



ID: 81182971

19-06-2019

15 DE JUNHO: DIA MUNDIAL DA CONSCIENCIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA TODOS OS DIAS HÁ 44 IDOSOS QUE SÃO VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

O aumento da violência contra as pessoas idosas nas suas diferentes formas tem vindo a ser reconhecido por várias organizações internacionais como um dos mais graves problemas de saúde pública no emergir do século XXI.

A problemática da violência contra as pessoas idosas ganha maior visibilidade social também pelo envelhecimento demográfico que caracteriza a sociedade atual. O número de pessoas com idade superior a 65 anos tem vindo a aumentar na generalidade dos países e na Europa em particular. De acordo com a OMS (organização Mundial de saúde) entre 2006 e 2050 a população idosa corresponderá a cerca de 22% da população mundial e cerca de 20% desta terá uma idade superior a 80 anos. De acordo com as projeções demográficas do INE, até 2060, a percentagem de jovens no total da população diminuirá para 11,9%, aumentando para 32,3% a proporção de idosos. Neste contexto é necessário que as sociedades se adequem a um perfil demográfico diferente, com múltiplas necessidades, onde emerge a vulnerabilidade associada ao envelhecimento e a necessidade de criar dispositivos capazes de defender e proteger as populações mais velhas e mais frágeis.

Em Portugal, o fator que pode contribuir para aumentar

a vulnerabilidade da população idosa face às situações de violência é o facto de este ser um dos países da UE onde existe uma maior proporção de pessoas com 75 e mais anos (não institucionalizadas) a coabitar com outros que não um cônjuge, nomeadamente familiares diretos, por afinidade ou ainda pessoas sem laço familiar (e.g., cuidadores remunerados). A coabitação, provavelmente relacionada com o baixo nível das pensões de reforma, a feminização do envelhecimento e o isolamento social concorrem enquanto fatores de risco de violência. O modo como se vive na velhice constitui um potencial determinante do bem-estar e autonomia, e pode evitar ou potenciar a ocorrência de violência.

Numa lista de 50 países europeus, da OMS, Portugal está no grupo dos cinco piores no tratamento aos mais velhos: 39% dos idosos são vítimas de violência.



A Organização Mundial de Saúde (OMS), que analisa, no Relatório de Prevenção contra os Maus Tratos a Idosos, as agressões nos últimos cinco anos contra os mais velhos, num Universo de 50 países europeus, é clara: "Portugal tem um sério problema no que respeita aos maus tratos contra idosos."

E o cenário é negro: quase 40% dos nossos idosos são vítimas de abusos.

Desta lista negra fazem parte apenas mais quatro países: Sérvia, Áustria, Israel e República da Macedónia..

A Segurança Social estima que sejam já 25 mil os idosos em risco e sem apoio, num universo de quase 400 mil pessoas com mais de 65 anos que vivem sozinhas em Portugal.

Estes indicadores denunciavam que em Portugal o número de idosos em situações de risco é muito preocupante.

No primeiro trimestre deste ano, a PSP abriu 3684 processos de violência contra idosos. Para a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), o número pode não representar um aumento das situações de violência, mas uma subida no número de denúncias..

No ano passado, a linha de atendimento da APAV (

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) recebeu 926 denúncias de casos de violência contra idosos. Já a Linha do Cidadão Idoso, do Provedor de Justiça, teve 737 denúncias nos primeiros três meses do ano, sendo que em 2018 recebeu 2557 chamadas, a maioria referentes a violência doméstica e a maus tratos na família.

Números que sofrem um agravamento nos dados da PSP que só nos primeiros três meses de 2019 já abriu 3684 processos de violência contra idosos, tendo sido identificadas 3778 vítimas.

No ano passado, a PSP sinalizou 16206 idosos vítimas de violência, ou seja, uma média de 44 idosos por dia, e foram abertos 15997 processos.

Para a APAV o caminho passa por sensibilizar a po-

pulação em geral, sensibilizar as pessoas idosas para saberem exatamente que tipo de situações podem enquadrar como violência ou crime, sensibilizar e formar os profissionais que cuidam das pessoas idosas, sinalizar o 'burnout' destes profissionais para evitar situações que resultem em violência, mais apoios às famílias, melhorar também a resposta institucional e, num sentido mais macro, criar políticas públicas que trabalhem melhor as respostas que existem para as pessoas idosas. Este tipo de violência continua a ser "escondida" porque acontece sobretudo no meio familiar, ou seja, situações em que o idoso está dependente do agressor. **"Na verdade, muitos familiares são os chamados cuidadores informais e temos situações em que o familiar é quem cuida da pessoa idosa mas é também o agressor"**.

A violência contra as pessoas idosas pode ter várias formas e implicar a prática de vários crimes : Violência Física; Psicológica/Verbal; Sexual; Negligência e Abandono; Financeira/económica e Doméstica

O Dia 15 de Junho é o Dia Mundial da ConsciencIALIZAÇÃO da Violência contra a Pessoa Idosa

O crime de Violência Contra a pessoa Idosa é público, ou seja, qualquer pessoa que saiba ou suspeite que uma pessoa idosa está a ser vítima deste crime tem a obrigação de denunciar, pode fazê-lo na APAV através do nº116006, PSP ou GNR, Provedor do Idoso. Em Famalicão pode fazê-lo na Comissão Municipal para a proteção de pessoas idosas.

Pastoral Social do Arciprestado de Vila Nova de Famalicão



ID: 81241868

27-06-2019

Números negros de violência doméstica no primeiro trimestre

Debate As cifras dos três primeiros meses do ano são negras: em menos de 90 dias, já foram assassinadas 17 pessoas, num contexto de violência doméstica

Luís Ventura

“Stop Violência” é um projecto lançado recentemente pela TVI que quer “acabar com o medo e a vergonha” relacionada com a violência doméstica que, só este ano, já fez 17 vítimas mortais.

“Todos os dias recebemos mais de uma dezena de ‘e-mails’ sobre casos de violência doméstica”, contou ontem, em Aveiro, Andreia Miranda, jornalista responsável pelo projecto “Stop Violência”, convidada do primeiro dia do evento solidário cultural, organizado pelas alunas finalistas da Escola Profissional de Aveiro, Rute Pais e Diana Portela, no âmbito do seu projecto de aptidão profissional.

“Todo o dia, a toda a hora, uma mulher é vítima de violência doméstica”, frisou a jornalista no evento que está a decorrer, até hoje, na Biblioteca Municipal de Aveiro, no âmbito da temática escolhida para os dois dias, “A Arte de Vencer A(s) Violência(s)”.

Dos muitos que chegam à sua secretária de trabalho, há dois casos que a chocaram especialmente. O de Helena Ca-



Andreia Miranda é a jornalista responsável pelo projecto “Stop Violência”

brita e da pequena Lara, que morreram assassinadas, em Fevereiro, por Pedro Henriques, genro e pai, respectivamente. O outro diz respeito a um pai, de 33 anos, que esfaqueou o filho de seis meses no Seixal, em Abril de 2015.

Além destes casos, há ainda números que não lhe saem da cabeça: “Só no primeiro tri-

mestre deste ano, houve 17 pessoas assassinadas em contexto de violência doméstica”, apontou a jornalista.

Este e outros dados estão na plataforma “on-line”, realçando que é importante que a ajuda chegue a todo o lado. “Temos reunida, por distrito, toda a informação sobre onde encontrar ajuda e como é que

se consegue obter essa ajuda, bem como as instituições às quais se deve dirigir quem necessita dessa ajuda”, elucidou.

“É importante saber o que fazer”

Os números traduzem-se, ainda, em 1.308 acusações, 8.643 inquéritos abertos e 5.382 inquéritos arquivados,

segundo os dados do primeiro trimestre de 2019.

“Entre marido e mulher, não se mete a colher”, diz o povo, mas ao contrário do que é habitual, sem razão.

“É importante saber o que fazer quando se presencia um caso de violência doméstica”, defende, remetendo para o STOP Violência, onde está disponível mais informação deste crime público. Mas alertou que ainda há muito por fazer, porque “as pessoas continuam a não perceber como é que isto ainda acontece” e “há que deixar de ter medo e receio de pedir ajuda”.

Além do mais, “violência doméstica não é só entre marido e mulher”, elucidou Andreia Miranda, que acredita que o projecto, que envolve a Procuradoria Geral da República, a Polícia de Segurança Pública, a Guarda Nacional Republicana, a Polícia Judiciária, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e a UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta, vem dar um contributo na luta contra a violência doméstica e a desmistificar muitas das ideias preconcebidas acerca deste tema. ◀

EDUARDO PINA



ESTGA

Estudantes doam bens à APAV

Estudantes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda (ESTGA) doaram 20kg de massa, 14kg de arroz, 15 enlatados e 15 produtos de higiene, ao gabinete de apoio à vítima de Coimbra, a fim de serem reen-

caminhados para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), sediada em Lisboa.

Esta atividade desenvolveu-se no âmbito da unidade curricular de projeto em organização e gestão de eventos, da licen-

ciatura em secretariado e comunicação empresarial, e consistiu na organização de um escaperoom na ESTGA. "Tratou-se de uma iniciativa que tinha como objetivo promover o espírito de entreajuda e sensibilização para com uma

temática tão presente na atualidade, a violência doméstica, que, infelizmente, tem atingido números muito elevados", referiram os organizadores, que contaram com as parcerias da APAV e da empresa Can You Escape.



▲ A atividade desenvolveu-se no âmbito da unidade curricular de projeto



Estado só apoia vítimas se ganharem menos que o salário mínimo

Associações contestam critérios para pagamentos que penalizam vítimas de violência doméstica

Inês Banha
ines.banha@jn.pt

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA Quase 80% das vítimas de violência doméstica que, no ano passado, viram o seu pedido de apoio mensal ser rejeitado pela Comissão de Proteção às Vítimas de Crime (CPVC) ficaram sem direito àquela prestação por, mesmo após a separação do agressor, auferirem mais do que o salário mínimo nacional, então fixado em 580 euros. O valor corresponde ao patamar a partir do qual o organismo considera, à luz da lei, que os requerentes não se encontram numa situação de "grave carência económica" – uma condição indispensável para receberem esta indemnização.

A opção, em vigor desde 2011, é criticada pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e pela União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) – que falam numa situação "prejudicial" para a pessoa agredida –, mas para Carlos Anjos, presidente da CPVC, trata-se de um critério "objetivo" para atribuir um apoio que se

restringe ao momento de rotura do casal e que não surgiu, em 1999, com o propósito de ser universal. O dirigente reconhece, ainda assim, que o montante é baixo, tal como é, no seu entender, o salário mínimo nacional.

Os dados constam do mais recente relatório da CPVC, tutelada pelo Ministério da Justiça: dos 142 processos por violência concluídos no ano passado por aquele organismo, 55 terminaram sem a atribuição de uma indemnização à vítima, em 43 dos quais por esta não se encontrar, na sequência do crime, numa situação de "grave carência económica".

A exigência está prevista na lei que regula a concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica, sem que seja definido, em concreto, o que tal significa, abrindo a porta a interpretações diversas.

MAIS FATORES A TER EM CONTA

"Estamos claramente perante um conceito indeterminado", lamenta Inês Gonçalves, jurista da APAV, para quem faz sentido associar a atribuição

do apoio em causa à condição económica da pessoa lesada, mas não nos termos definidos pela CPVC.

"É errado e prejudicial para as próprias vítimas que não se tenha em conta outros fatores: as despesas da própria vítima, os filhos menores a cargo, a existência de filhos portadores de deficiência. A vítima a sofre mais do que o salário mínimo nacional e todos estes fatores não são aqui tidos em conta", sublinha a especialista ao JN.

"VÍTIMA PERDE SEMPRE"

"A vítima perde sempre", acrescenta Elisabete Brasil, diretora-executiva da UMAR, lembrando que, muitas vezes, é a pessoa agredida que tem de sair de casa "porque o sistema não age".

"Há um apelo do próprio Estado à denúncia, mas quando a vítima toma a decisão de responder positivamente a todos os apelos e de perceber que, quanto mais tempo fica, piora a situação e sai, ela merecia do Estado toda a tutela possível", frisa a responsável. Elisabete Brasil defende, por

isso, que o cálculo do apoio a atribuir tenha "por base uma indemnização, ainda que mínima, e depois todas as perdas efetivas" da pessoa agredida.

Carlos Anjos reconhece que, como em qualquer separação, há sempre uma perda de rendimento, mas considera que atribuir um apoio universal ou consoante as despesas poderia criar situações de "injustiça", com pessoas com mais rendimentos e mais despesas a receberem um apoio enquanto outras, com um salário mais baixo mas menos encargos, a ficarem excluídas.

"Se o Estado tem um salário mínimo nacional, todas as pessoas que estão abaixo do salário mínimo nacional estão numa situação de carência", sustenta o presidente da CPVC, especificando que, no ano passado, os casos rejeitados são sobretudo de pessoas que mantiveram a sua casa e o seu emprego, bem pago para o panorama nacional.

"Tiveram um decréscimo no nível de vida? Tiveram. Mas ficaram numa grave situação de carência económica? Não", remata. ■



P&R

1
Quem pode recorrer ao apoio mensal atribuído pela Comissão de Proteção às Vítimas de Crime (CPVC)?

Qualquer vítima, independentemente da nacionalidade, de um crime de violência doméstica ocorrido em Portugal, e que, na sua sequência, fique em situação de "grave carência económica". O presidente da CPVC reconhece ao JN, no entanto, que o organismo tem optado, na maioria das vezes, por atribuir o apoio quando esta condição é anterior ao crime. "Se fôssemos por aí, negávamos muito mais apoios", justifica Carlos Anjos.

2
O que é uma situação de "grave carência económica"?

O conceito não está definido na lei que regula este benefício, mas, de acordo com a CPVC, o legislador "plasmou de forma clara", na sua versão original, "que nenhuma vítima" poderia "beneficiar de um apoio superior ao valor da retribuição mínima garantida", que, hoje, corresponderia ao rendimento social de inserção. Como este é composto por vários escalões, tornando difícil a definição de um valor de referência, a CPVC optou em 2011 por usar como patamar o salário mínimo nacional, atualmente fixado em 600 euros.

3
Em que momento e por quanto tempo é atribuído este apoio?

No momento da rotura familiar, em que se efetiva a separação do agressor ou agressora, de modo a garantir que a vítima consegue sair da relação abusiva em que se encontra. "Este apoio pode ser concedido por um período de seis meses, podendo ser prorrogado em situações excecionais por mais seis meses", explica a CPVC. No entender do legislador, a vítima necessitará, por isso, de um ano, "para reorganizar a sua vida e encontrar um novo projeto de vida".

4
A CPVC atribui sempre um apoio correspondente ao salário mínimo nacional?

Não. A prestação atribuída mensalmente é apenas a suficiente para que a vítima tenha, no total, um rendimento correspondente ao salário mínimo nacional em vigor. Este apoio é, assim, acumulável com outras prestações sociais.

5
É este o único adiantamento de indemnização existente para vítimas de violência doméstica?

Não. No final do processo-crime, se o agressor for condenado e não tiver possibilidade de compensar a vítima financeiramente, esta pode solicitar à CPVC um adiantamento da indemnização, por ter sido alvo de um crime violento. Neste caso, não se aplica a exigência de "grave carência económica" requerida no regime de apoio anterior. O montante é pago através de uma só transferência.

6
Onde é possível obter mais informação?

Através do site da CPVC, alojado em <http://cpvc.mj.pt>. É ainda possível contactar o organismo através do número de telefone 21 322 24 90 e do e-mail correio.cpvcc@sg.mj.pt. A sede fica na Avenida Fontes Pereira de Melo, n.º 7, em Lisboa.

Violência doméstica

26 483

Participações junto das autoridades, em 2018



Inquéritos finalizados: **32 042**

(Inclui iniciados em anos anteriores)

Arquivamento: **20 990 (65,5%)**

Processos concluídos nos últimos 5 anos

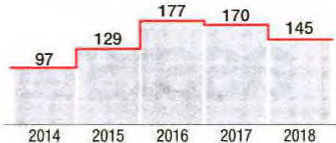
Com indemnização Sem indemnização



dos quais 43 por não existir grave carência económica

FONTE: RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA INTERNA DE 2018

Indemnizações atribuídas nos últimos 5 anos



Valor, em milhares de euros



Valor médio mensal (6 meses) das indemnizações*



*prestação necessária para atingir o valor do salário mínimo nacional

Evolução do salário mínimo



Valor das prestações atribuídas é inferior ao máximo permitido

Muitas das vítimas já beneficiam de outros apoios sociais. Comissão só cobre quantia que falta até ao salário mínimo

Inês Banha
ines.banha@jn.pt

Muitas das vítimas que, no ano passado, beneficiaram do apoio mensal atribuído pela Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes (CPVC) já usufruíam de outras prestações sociais, como o subsídio de desemprego, o rendimento social de inserção e o contrato de segurança social CEI+. Outras auferiam de um salário inferior ao salário mínimo nacional, então fixado em 580 euros.

Em todos estes casos, receberam da CPVC apenas o montante necessário para ficarem com um rendimento mensal correspondente ao montante mínimo que qualquer trabalhador deve auferir.

O panorama explica o porquê de a indemnização atribuída entregar men-

salmente por aquele organismo ser, em média, inferior ao patamar que assinala a existência de uma situação de "grave carência económica". Nos últimos cinco anos, foi em 2014 -

quando o salário mínimo nacional era de 485 euros - que as prestações atribuídas mais se aproximaram do teto máximo. Depois de três anos em queda, o montante do apoio concedido a cada vítima voltou a subir, cifrando-se, em média, nos 233,37 euros mensais (ver infografia).

"A falta de condições económicas é, ela própria, causa de violência doméstica", salienta o presidente da CPVC, Carlos Anjos. As características dos pedidos recusados mostram, porém, que não será exclusivo de populações socialmente mais vulneráveis.

Aprová-lo, exemplifica o responsável, o facto de, em 2017, ter sido rejeitado o requerimento de uma vítima de classe alta que, à data, residia numa habitação em Lisboa arrendada por 3500 euros mensais. ●



Carlos Anjos
Presidente da Comissão

"Em alguns casos, nem exigimos que haja queixa-crime [contra o agressor]. Não acredito que uma vítima vá para uma casa-abrigo por ser moda"

OIT quer empresas a pensar na violência doméstica

Necessidades das vítimas devem ser acauteladas no trabalho

EMPREGO Não é uma questão do trabalho, mas está a partir de agora a ele ligada à luz do direito internacional e será adotada em breve por Portugal. Os membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT) comprometem-se a mitigar os efeitos da violência doméstica no trabalho, sempre que seja praticável. A organização vai mais longe. Quer que empresas e setor público acomodem mais as necessidades das vítimas. Por exemplo, permitindo mudanças de posto de trabalho ou de turnos. Mas os padrões portugueses estão contra.

Mais de 270 países deram, na passada semana, apoio a um novo tratado internacional - a Convenção sobre Assédio e Violência no Trabalho - que agora será ratificada e cuja aplicação será vigiada. Governo, trabalhadores e patrões deram o sim ao texto de princípios, mas divergiram na opinião sobre como devem ser alcançados. As recomendações, que pela primeira vez introduziram orientações específicas sobre como o local de trabalho deve lidar com vítimas de violência doméstica, receberam voto contra dos empresários portugueses, com liberdade de escolha nesta votação face aos congéneres internacionais.

NÃO SÃO RESPONSÁVEIS

"Alegam que não são responsáveis e não podem ser responsabilizados pela violência doméstica. Claro. E não é isso que diz a provisão. O que diz é que, quando a violência doméstica afeta um trabalhador cria uma série de problemas no local de trabalho com os quais é preciso lidar de algum modo", argumenta Manuela Tomei, diretora da OIT para a Igualdade. ● **MARIA CAETANO**

APAV: 29 anos no apoio diário às vítimas de crime

25 JUNHO 2019

A APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima celebra hoje, dia 25 de junho, 29 anos.

Desde 1990, a missão da APAV mantém-se: apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos/as, prestando um apoio especializado, profissional e personalizado. A APAV apoia cada vez mais vítimas de crime, num universo estimado de 326.000 pessoas.

Em 2018, a APAV apoiou 9.344 vítimas de crime, oriundas de 276 concelhos (de um total de 308 concelhos). Realizaram-se, no mesmo ano, 46.371 atendimentos (um aumento de 31% face a 2016), que se refletiram em 11.795 novos processos de apoio e processos em acompanhamento. Os crimes contra as pessoas representaram 96 % do total de crimes e outras formas de violência assinalados à APAV, com especial relevo para os crimes de violência doméstica (77,5%).

Em 2018, foram 926 as pessoas idosas vítimas de crime apoiadas pela APAV (+65 anos - em média, 3 por dia e 18 por semana); 941 as crianças e jovens (em média, 3 por dia e 18 por semana); 5.173 as mulheres adultas (em média, 14 por dia e 99 por semana); e 854 os homens adultos apoiados (em média, 2 por dia e 16 por semana).

A Associação pretende apoiar cada vez melhor, de diferentes formas, quem mais precisa.

Neste sentido, a APAV empenha-se cada vez mais no desenvolvimento de projetos de inovação social - como o projeto Portugal Mais Velho, direcionado à pessoa idosa, ou a Rede CARE, de apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual -, financiados e incrementados com o apoio de diversas entidades, como a Fundação Calouste Gulbenkian.

A APAV está presente no território nacional através de uma rede de 64 serviços de proximidade, que compreende 20 Gabinetes de Apoio à Vítima e outros Polos de Atendimento em Itinerância, três estruturas de acolhimento (duas para mulheres vítimas de violência doméstica e uma para mulheres vítimas de tráfico de seres humanos e seus/suas filhos/as), o Sistema Integrado de Apoio à Distância, a Linha Internet Segura, e três redes de apoio especializado (Rede CARE; RAFAVHVT – Rede de Apoio a Familiares e Amigos de Vítimas de Homicídio e Vítimas de Terrorismo; Rede UAVMD – Unidade de Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação).

Ao longo de 29 anos, a Associação tem ainda contado com a entrega de centenas de voluntários e voluntárias, fundamentais para o cumprimento da missão social da APAV.

Porque, em 2018, 55,9 % dos atendimentos foram feitos via telefone e 10,2 % via e-mail e redes sociais, a APAV relembra os seguintes contactos:

Linha de Apoio à Vítima: 116 006 (chamada gratuita, dias úteis, 9h-21h) Apoio online: [facebook.com/APAV.Portugal](https://www.facebook.com/APAV.Portugal)

Fonte: APAV



Associação Portuguesa de Apoio à Vítima celebra hoje 29 anos

PORTUGAL / 25 JUN 2019 / 11:30 H.

Desde 1990, ano da sua fundação, a missão da APAV - Associação Portuguesa de apoio à Vítima - mantém-se focado no apoio às vítimas de crime, suas famílias e amigos/as, prestando um apoio especializado, profissional e personalizado, apoiando cada vez mais vítimas de crime, num universo estimado de 326.000 pessoas.

Em 2018, a APAV apoiou 9.344 vítimas de crime, oriundas de 276 concelhos (de um total de 308 concelhos). Nesse mesmo ano, realizaram-se 46.371 atendimentos (um aumento de 31% face a 2016), que se reflectiram em 11.795 novos processos de apoio e processos em acompanhamento. Os crimes contra as pessoas representaram 96 % do total de crimes e outras formas de violência assinalados à APAV, com especial relevo para os crimes de violência doméstica (77,5%).

926 pessoas idosas foram vítimas de crime e apoiadas pela APAV (+65 anos - em média, 3 por dia e 18 por semana); assim como 941 crianças e jovens (em média, 3 por dia 18 por semana); 5.173 mulheres adultas (em média, 14 por dia e 99 por semana) e 854 homens adultos apoiados (em média, 2 por dia e 16 por semana), em 2018.

A Associação pretende apoiar cada vez melhor, de diferentes formas, quem mais precisa. Neste sentido, a APAV empenha-se cada vez mais no desenvolvimento de projectos de inovação social - como o projecto Portugal Mais Velho, direccionado à pessoa idosa, ou a Rede CARE, de apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual -, financiados e incrementados com o apoio de diversas entidades, como a Fundação Calouste Gulbenkian.

A APAV está presente no território nacional através de uma rede 64 serviços de proximidade, que compreende 20 Gabinetes de Apoio à Vítima e outros Pólos de Atendimento em Itinerância, três estruturas de acolhimento (duas para mulheres vítimas de violência doméstica e uma para mulheres vítimas de tráfico de seres humanos e seus/suas filhos/as), o Sistema Integrado de Apoio à Distância, a Linha Internet Segura, e três redes de apoio especializado (Rede CARE; RAFAVHVT - Rede de Apoio a Familiares e Amigos de Vítimas de Homicídio e Vítimas de Terrorismo; Rede UAVMD - Unidade de Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação).

Ao longo de 29 anos, a Associação tem ainda contado com a entrega de centenas de voluntários, fundamentais para o cumprimento da missão social da APAV.

APAV celebra 29 anos de apoio à vítima: conheça os dados

Terça-feira, 25 Junho 2019

JOANA CABRITA

A **Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]** celebra esta terça-feira, dia 25 de junho, **29 anos**. Com a missão específica de apoiar as vítimas de crime, bem como as suas famílias e amigos(as), a APAV está **espalhada por todo o país** e ajuda **vários milhares de pessoas** por ano.



[DR]

“Desde 1990, a missão da APAV mantém-se: apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos/as, prestando um **apoio especializado, profissional e personalizado**. A APAV apoia cada vez mais vítimas de crime, num universo estimado de 326.000 pessoas”, podemos ler no comunicado enviado à imprensa pela organização. A APAV ajudou mais de **uma centena de pessoas em apenas uma semana**, segundo dados de 2018. Nesse mesmo ano, **apoiou um total de 9.344 vítimas de crime**.

Em 2018, foram 926 as pessoas idosas vítimas de crime apoiadas pela APAV, **941 as crianças e jovens, 5.173 as mulheres adultas e 854 os homens adultos** apoiados. Várias vezes, são as próprias mães idosas a ligar e a denunciar os **crimes de agressão dos filhos**.

A APAV está envolvida em vários projetos de **inovação social**, quer sejam estes direcionados para a **população mais idosa como a mais jovem**. Falamos de projetos como ‘Portugal Mais Velho’, direcionado à pessoa idosa, ou a ‘Rede CARE’, de apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual. “Estes projetos são financiados e incrementados com o apoio de diversas entidades, como a **Fundação Calouste Gulbenkian**”, explica o mesmo comunicado.

Caso necessite de ajuda, a linha de Apoio à Vítima da APAV é: 116 006, sendo esta **chamada gratuita** e estando o serviço disponível das 9h às 21h. Também existe **apoio online**.

VIOLÊNCIA

São quase quatro mil os idosos vítimas de violência, no primeiro trimestre, contabiliza a PSP

Mais de 16 mil idosos foram agredidos em 2018. Em média, 44 foram agredidos por dia. Maioria foi vítima de maus tratos pelos filhos ou cuidadores.

PÚBLICO · 15 de Junho de 2019, 13:53



A Polícia de Segurança Pública (PSP) divulgou que, em 2018, houve 44 idosos vítimas de violência, em média por dia. Os números foram avançados ao *Jornal de Notícias*, na sua edição deste sábado, que cruza esta informação com os dados da Associação de Apoio à Vítima (APAV), já referentes a 2019, que apontam para três casos diários de violência a idosos, sendo comum que os agressores sejam familiares ou cuidadores.

Entre Janeiro e Março deste ano, a PSP identificou 3778 vítimas de agressão em 3684 casos de violência contra idosos. No ano passado, o número total de idosos agredidos foi de 16.206 em 15.997 processos abertos – atingindo a média de 44 casos por dia.

LER MAIS

- APAV lança campanha de sensibilização sobre violência contra idosos
- Violência contra idosos acontece tanto nas famílias como nas instituições
- Violência sobre idosos registada na linha SOS teve um aumento de 20% em 2018

Em 2018, a APAV realçou que, nos 926 casos que recebeu, 76,5% das vítimas são do sexo feminino, 70,1% são reformados, 43,4% são casados, 24% viúvos e têm uma idade média de 75 anos. Perto de 30% desses idosos apoiados vivem com os filhos.

Em reacção a estes números, a Procuradoria-Geral da República (PGR) garante que a “violência contra idosos é uma área de intervenção prioritária do Ministério Público” e que a “realidade merece particular atenção”.



Associação Mutualista
Montepio

Junho 4, 2019

Prémio APAV para a Investigação 2019 | Candidaturas abertas

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima promove em 2019 a quinta edição do Prémio APAV para a Investigação, com o apoio da Fundação Montepio



O Prémio APAV para a Investigação destina-se a premiar trabalhos de investigação científica sobre temas ou problemas relacionados com a missão da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV): "Apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas nos estatutos da vítima."

O envio de trabalhos tem a **data limite de 31 de julho de 2019**. Para mais informações e candidaturas vá à [pagina de prémios da APAV](#).

Ao prémio podem concorrer trabalhos em áreas diversas como o Direito, a Psicologia, Serviço Social, Sociologia, Criminologia, Vitimologia, História, Economia, Saúde, Antropologia, Pedagogia, entre outras. A entrega do prémio será realizada até ao final do ano, em data ainda a realizar.

A vencedora da quarta edição do Prémio APAV para a Investigação, Filipa Luísa Ribeiro da Cruz Pereira, apresentou o trabalho "Papel da vítima no processo penal português: Reflexões críticas em torno do estatuto de vítima especialmente vulnerável e da sua proteção jurídico-penal".

quinta, 13 junho 2019 09:21

APAV recebeu 38 pedidos de ajuda por parte de idosos em 2018



À Associação de Apoio à Víctima (APAV) Açores chegaram 38 pedidos de ajuda por parte de idosos. Os dados foram avançados, à Atlântida, pela gestora do Gabinete de Apoio à Víctima de Ponta Delgada, no âmbito do Dia Internacional de Sensibilização sobre Violência Contra as Pessoas Idosas, que se assinala sábado.

Raquel Rebelo revelou que esses pedidos de ajuda estão relacionados com violência psicológica e financeira, vinda por parte dos filhos.

“Temos, aqui, 38 pedidos de ajuda por parte de pessoas com 65 anos ou mais idade e esses, muitas vezes, estão relacionados com tipos de violência psicológica contra esses idosos e violência financeira”, disse Raquel Rebelo, explicando que se trata de “violência filio-parental, que é um fenómeno que tem sido cada vez mais evidente, nomeadamente filhos que, por razões socioeconómicas, não conseguem sustento próprio ou regressam à casa dos pais ou se mantêm em casa destes até idades avançadas e versam uma coação para fins monetários e, por isso, existe muito esse tipo de violência psicológica e financeira”.

A gestora adiantou que a maioria das vítimas são mulheres com idades entre os 65 e os 80 anos, embora, refere Raquel Rebelo, a violência filio-parental surja mais cedo, por volta dos 50 anos.

A responsável pelo Gabinete de Apoio à Víctima de Ponta Delgada refere alguns dos fatores que levam os filhos a exercer esse tipo de violência contra os pais.

“Problemas ao nível do consumo de estupeficientes, que está ligado à violência financeira, ou seja, o coagir para dar dinheiro para o consumo de todo o tipo de drogas, incluindo o álcool”, revelou Raquel Rebelo, adiantando que “muitas das vezes, os filhos são cuidadores desses idosos e não conseguem suportar o stress e todas as condições que estão associadas a um cuidador, há um limite muito ténue, e verificamos que, muitas vezes, há negligência, que, também, constitui um tipo de violência, exatamente, na área dos cuidados”.

Relativamente ao número de pedidos de ajuda, Raquel Rebelo afirma que estes se têm mantido ao longo dos anos, salientando, no entanto, que o número de atendimentos tem aumentado, explicando que “são necessárias mais diligências para resolver os processos”, estando os casos “cada vez mais complexos”.

Ao longo deste mês, a APAV Açores vai a levar a cabo com a Polícia de Segurança Pública ações de prevenção e segurança sénior, junto de centros de convívio e de dia, tendo a responsável salientado que durante o ano é promovido este tipo de ações.

Com o intuito de refletir uma questão social sensível e acabar com a violência contra a pessoa idosa, em 2006, as Nações Unidas e a Rede Internacional de Prevenção à Violência à Pessoa Idosa escolheram o dia 15 de junho para assinalar este dia.

130 crianças vítimas de abusos sexuais nos primeiros quatro meses do ano

Continuam a aumentar os pedidos de apoio à APAV. Associação lançou uma nova campanha de sensibilização intitulada "As marcas da violência na infância nunca passam?".



04 de junho de 2019 às 07:39

130 crianças vítimas de abusos sexuais nos primeiros quatro meses do ano

A APAV apoiou, nos primeiros quatro meses do ano, 130 crianças vítimas de abusos sexuais, mais 30% do que os casos registados no mesmo período do ano passado.

Feitas as contas, entre janeiro e abril, cerca de 30 crianças por mês sofreram de violência sexual.

Os números são da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e contabilizados pelos profissionais do projeto CARE – Rede de apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual.

Carla Ferreira, da APAV, explica que o aumento destes números está relacionado com o crescimento das denúncias.

“O aumento de pedidos de apoio não quer dizer que haja mais crimes, quer dizer que as campanhas de sensibilização têm um impacto muito positivo na sociedade, que está mais atenta, consciente, e ativa e intolerante a qualquer forma de violência”, explica.

Familiares continuam a ser os principais agressores

Na data em que se assinala o Dia Internacional das Crianças Inocentes Vítimas de Agressão, os dados mais recentes da APAV continuam a confirmar a regra dos últimos anos: mais de metade dos casos de violência sobre crianças e jovens continua a ser registado em contexto familiar.

“Cerca de 60% destas situações acontecem em casa, com os pais e mães os principais agressores”, diz Carla Ferreira.

Para sensibilizar a população para esta problemática, a APAV lançou, no final do mês de maio, uma nova campanha intitulada “As marcas de violência na infância nunca passam”.

Atualmente, a APAV conta com 20 gabinetes de apoio espalhados por todo o país e com uma linha de Apoio à Vítima gratuita, através do 116 006 (todos os dias úteis, entre as 09h00 e as 21h00).

PORTUGAL

APAV apoiou mais de 5600 crianças desde 2013

Em 2018, foram mais de 900 as vítimas que precisaram de ajuda.

10 Junho, 2019 - 15:56

Record TV com Lusa



Quase três crianças por dia foram vítimas de crime e de violência e precisaram da ajuda da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) nos últimos seis anos, sendo que em 2018 foram mais de 900.

De acordo com dados estatísticos da APAV, referentes a crianças e jovens vítimas de crime e de violência entre 2013 e 2018, a associação ajudou 5.628 vítimas no global dos seis anos, o que dá uma média de 938 crianças por ano, 78 por mês e 2,5 por dia.

Segundo a APAV, 2015 foi o ano com mais vítimas, tendo havido 1.084 crianças e jovens que recorreram à associação.

A partir daí o número tem vindo a diminuir, passando de 826 em 2016 e 810 em 2017, para aumentar novamente em 2018 para 941 vítimas.

Por outro lado, foram registados 9.539 crimes, uma média de 1.590 por ano, sendo que foi igualmente em 2015 que esse número foi mais elevado, com registo de 1.991 crimes.

Olhando para 2018, a APAV contabilizou 1.504 crimes, mais 218 do que em 2017, o que representa um aumento de 17%.

Relativamente à caracterização das vítimas, a APAV mostra que, para todos os anos, a maioria são raparigas, sendo que é em 2018 que a diferença entre géneros é mais acentuada, numa relação de um rapaz para cada duas raparigas, já que apoiaram 628 meninas e 312 meninos.

Entre as 941 crianças e jovens apoiados no ano passado, 389 tinham até dez anos, enquanto as outras 552 tinham idades entre os 11 e os 17 anos.

Campus

Evento de sensibilização em parceria com a APAV e a empresa Can You Escape

Estudantes da ESTGA doam bens à APAV

26.6.2019

 Partilhar 206

 Tweetar



Estudantes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda (ESTGA) da Universidade de Aveiro (UA) doaram, no dia 19 de junho, 20 quilos de massa, 14 de arroz, 15 de enlatados e 15 de produtos de higiene ao Gabinete de Apoio à Vítima de Coimbra, a fim de serem reencaminhados

para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), sediada em Lisboa.

Esta atividade desenvolveu-se no âmbito da unidade curricular de Projeto em Organização e Gestão de Eventos, da Licenciatura em Secretariado e Comunicação Empresarial, e consistiu na organização de um Escaperoom na ESTGA. Tratou-se de uma iniciativa que tinha como objetivo promover o espírito de entreajuda e sensibilização para com uma temática tão presente na atualidade, a violência doméstica, que, infelizmente, tem atingido números muito elevados.

A participação na atividade foi feita por equipas de cinco elementos, tendo cada um contribuído com um bem que reverteu a favor da APAV.

O *Escaperoom* ESTGA realizou-se no passado dia 5 de junho, no Núcleo Associativo de Estudantes da ESTGA-AAUAv e contou com a parceria da APAV e da empresa Can You Escape, apoios imprescindíveis para que esta iniciativa se concretizasse.

O evento consistiu na resolução de enigmas num espaço fechado, sem acesso ao exterior, no prazo de 20 minutos, que pretendeu desafiar os limites dos participantes, confrontando-os com situações que os sensibilizassem para a temática da Violência Doméstica em Portugal.

As organizadoras do evento reconhecem a importância deste tipo de iniciativas, reforçando a ideia de que "é fundamental que os estudantes universitários se comprometam de forma empenhada e responsável com a sociedade em que se inserem e com os problemas que não são dos outros, mas de todos nós".

Inscrições abertas para a Academia de Verão da APAV

🕒 Julho 4, 2019 👤 estagiar.pt 📁 Ciências Sociais, Direito, Formação, História, Psicologia, Saúde, Social



A **APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima)** irá organizar a segunda edição da Academia de Verão, entre os dias 16 de julho e 20 de agosto, destinada a alunos/as do Ensino Superior, para poderem aprofundar conhecimentos sobre o trabalho desenvolvido pela APAV no apoio a vítimas de crime em Portugal.

Local: Serviços de Sede da APAV, em Lisboa

Inscrições: www.apav.pt/academia (até 9 de julho).

Preço: Gratuito

Programa: <https://bit.ly/31AkggC>

Prémio APAV para a Investigação

18 Junho, 2019

A Associação de Apoio à Vítima promove a quinta edição do Prémio APAV para a Investigação.

O Prémio APAV será atribuído a um trabalho de investigação desenvolvido em áreas científicas diversas, tais como Direito, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, História, Economia, Saúde, Antropologia, Criminologia, Vitimologia, Pedagogia, etc. Os vencedores receberão uma escultura e um prémio monetário de 1.500€.

As candidaturas encontram-se abertas até ao dia 31 de julho.

saiba mais em: apav.pt/premioapav2019

Quase 4.000 idosos agredidos em três meses

Por ZAP - 16 Junho, 2019



Entre janeiro e março deste ano, a PSP identificou 3778 vítimas de agressão em 3684 casos de violência contra idosos, escreve o Jornal de Notícias.

De acordo com o diário, que avançou com os números na sua edição impressa deste sábado, no ano passado, o número total de idosos agredidos foi de 16.206 em 15.997 processos abertos, atingindo assim uma média de 44 casos por dia.

Na prática, e segundo explicou uma responsável da APAV, a subida pode não refletir um aumento das situações de violência, mas antes uma subida no número de denúncias.

O aumento de “não significa automaticamente mais crime ou situações de violência, pode significar também que existe **um aumento da sensibilização** para a temática e uma maior visibilidade do fenómeno”, disse Marta Carmo, jurista da APAV, citada pela [TSF](#).

De acordo com a APAV, na maior parte dos casos, o **agressor ou é um filho** ou um **cuidador**, o que leva a crer que “as cifras negras são bem maiores do que se possa imaginar”, apontou a associação em declarações ao JN.

“Na verdade, muitos familiares são os chamados cuidadores informais e temos situações em que o familiar é quem cuida da pessoa idosa mas é também o agressor”, apontou ainda Marta Carmo.

Em 2018, a associação realçou que, nos 926 casos que recebeu, 76,5% das vítimas são do sexo feminino, 70,1% são reformados, 43,4% são casados, 24% viúvos e têm uma idade média de 75 anos. Perto de 30% desses idosos apoiados vivem com os filhos.

Em reação a estes números, a Procuradoria-Geral da República garante que a “violência contra idosos é uma **área de intervenção prioritária** do Ministério Público” e que a “realidade merece particular atenção”.

Mais casos de violência contra idosos pode significar mais atenção para o problema

No primeiro trimestre do ano, a PSP abriu 3684 processos de violência contra idosos. Para a APAV, o número pode não representar um aumento das situações de violência, mas uma subida no número de denúncias.



"Tem-se notado um aumento dos casos, quer de pessoas idosas que recorrem à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) para receberem apoio, quer de denúncias feitas às autoridades, tanto PSP como GNR", admite Marta Carmo, jurista da APAV, no Dia Mundial da Consciencialização da Violência contra a Pessoa Idosa.

No entanto, sublinha, o aumento de casos "não significa automaticamente mais crime ou situações de violência, pode significar também que existe um aumento da sensibilização para a temática e uma maior visibilidade do fenómeno".

No ano passado, a linha de atendimento da APAV recebeu 926 denúncias de casos de violência contra idosos. Já a Linha do Cidadão Idoso, do Provedor de Justiça, teve 737 denúncias nos primeiros três meses do ano, sendo que em 2018 recebeu 2557 chamadas, a maioria referentes a violência doméstica e a maus-tratos na família, avança a edição deste sábado do [Jornal de Notícias](#).

Números que sofrem um agravamento nos dados da PSP que só nos primeiros três meses de 2019 já abriu 3684 processos de violência contra idosos, tendo sido identificadas 3778 vítimas. No ano passado, a PSP sinalizou 16206 idosos vítimas de violência, ou seja, uma média de 44 idosos por dia, e foram abertos 15997 processos.

Para a jurista da APAV o caminho passa por "sensibilizar a população em geral, sensibilizar as pessoas idosas para saberem exatamente que tipo de situações podem enquadrar como violência ou crime, sensibilizar e formar os profissionais que cuidam das pessoas idosas, sinalizar o 'burnout' destes profissionais para evitar situações que resultem em violência, mais apoios às famílias, melhorar também a resposta institucional e, num sentido mais macro, criar políticas públicas que trabalhem melhor as respostas que existem para as pessoas idosas".

Marta Carmo sublinha ainda que este tipo de violência continua a ser "escondida" porque acontece sobretudo no meio familiar, ou seja, situações em que o idoso está dependente do agressor. "Na verdade, muitos familiares são os chamados cuidadores informais e temos situações em que o familiar é quem cuida da pessoa idosa mas é também o agressor".



ARTUR MACHADO / GLOBAL IMAGES

Estado só apoia vítimas se ganharem menos que o salário mínimo

Associações contestam critérios para pagamentos que penalizam vítimas de violência doméstica

Inês Banha
ines.banha@jn.pt

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA Quase 80% das vítimas de violência doméstica que, no ano passado, viram o seu pedido de apoio mensal ser rejeitado pela Comissão de Proteção às Vítimas de Crime (CPVC) ficaram sem direito àquela prestação por, mesmo após a separação do agressor, auferirem mais do que o salário mínimo nacional, então fixado em 580 euros. O valor corresponde ao patamar a partir do qual o organismo considera, à luz da lei, que os requerentes não se encontram numa situação de “grave carência económica” – uma condição indispensável para receberem esta indemnização.

A opção, em vigor desde 2011, é criticada pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e pela União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) – que falam numa situação “prejudicial” para a pessoa agredida –, mas para Carlos Anjos, presidente da CPVC, trata-se de um critério “objetivo” para atribuir um apoio que se

restringe ao momento de rotura do casal e que não surgiu, em 1999, com o propósito de ser universal. O dirigente reconhece, ainda assim, que o montante é baixo, tal como é, no seu entender, o salário mínimo nacional.

Os dados constam do mais recente relatório da CPVC, tutelada pelo Ministério da Justiça: dos 142 processos por violência concluídos no ano passado por aquele organismo, 55 terminaram sem a atribuição de uma indemnização à vítima, em 43 dos quais por esta não se encontrar, na sequência do crime, numa situação de “grave carência económica”.

A exigência está prevista na lei que regula a concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica, sem que seja definido, em concreto, o que tal significa, abrindo a porta a interpretações diversas.

MAIS FATORES A TER EM CONTA

“Estamos claramente perante um conceito indeterminado”, lamenta Inês Gonçalves, jurista da APAV, para quem faz sentido associar a atribuição

do apoio em causa à condição económica da pessoa lesada, mas não nos termos definidos pela CPVC.

“É errado e prejudicial para as próprias vítimas que não se tenha em conta outros fatores: as despesas da própria vítima, os filhos menores a cargo, a existência de filhos portadores de deficiência. A vítima auferir mais do que o salário mínimo nacional e todos estes fatores não são aqui tidos em conta”, sublinha a especialista ao JN.

“VÍTIMA PERDE SEMPRE”

“A vítima perde sempre”, acrescenta Elisabete Brasil, diretora-executiva da UMAR, lembrando que, muitas vezes, é a pessoa agredida que tem de sair de casa “porque o sistema não age”.

“Há um apelo do próprio Estado à denúncia, mas quando a vítima toma a decisão de responder positivamente a todos os apelos e de perceber que, quanto mais tempo fica, piora a situação e sai, ela merecia do Estado toda a tutela possível”, frisa a responsável. Elisabete Brasil defende, por

isso, que o cálculo do apoio a atribuir tenha “por base uma indemnização, ainda que mínima, e depois todas as perdas efetivas” da pessoa agredida.

Carlos Anjos reconhece que, como em qualquer separação, há sempre uma perda de rendimento, mas considera que atribuir um apoio universal ou consoante as despesas poderia criar situações de “injustiça”, com pessoas com mais rendimentos e mais despesas a receberem um apoio enquanto outras, com um salário mais baixo mas menos encargos, a ficarem excluídas.

“Se o Estado tem um salário mínimo nacional, todas as pessoas que estão abaixo do salário mínimo nacional estão numa situação de carência”, sustenta o presidente da CPVC, especificando que, no ano passado, os casos rejeitados são sobretudo de pessoas que mantiveram a sua casa e o seu emprego, bem pago para o panorama nacional.

“Tiveram um decréscimo no nível de vida? Tiveram. Mas ficaram numa grave situação de carência económica? Não”, remata. ●



1 Quem pode recorrer ao apoio mensal atribuído pela Comissão de Proteção às Vítimas de Crime (CPVC)?

Qualquer vítima, independentemente da nacionalidade, de um crime de violência doméstica ocorrido em Portugal, e que, na sua sequência, fique em situação de "grave carência económica". O presidente da CPVC reconhece ao JN, no entanto, que o organismo tem optado, na maioria das vezes, por atribuir o apoio quando esta condição é anterior ao crime. "Se fôssemos por aí, negávamos muito mais apoios", justifica Carlos Anjos.

O que é uma situação de "grave carência económica"? O conceito não está definido na lei que regula este benefício, mas, de acordo com a CPVC, o legislador "plasmou de forma clara", na sua versão original, "que nenhuma vítima" poderia "beneficiar de um apoio superior ao valor da retribuição mínima garantida", que, hoje, corresponderia ao rendimento social de inserção. Como este é composto por vários escalões, tornando difícil a definição de um valor de referência, a CPVC optou em 2011 por usar como patamar o salário mínimo nacional, atualmente fixado em 600 euros.

2 Em que momento e por quanto tempo é atribuído este apoio?

No momento da rotura familiar, em que se efetiva a separação do agressor ou agressora, de modo a garantir que a vítima consegue sair da relação abusiva em que se encontra. "Este apoio pode ser concedido por um período de seis meses, podendo ser prorrogado em situações excecionais por mais seis meses", explica a CPVC. No entender do legislador, a vítima necessitará, por isso, de um ano, "para reorganizar a sua vida e encontrar um novo projeto de vida".

3 A CPVC atribui sempre um apoio correspondente ao salário mínimo nacional?

Não. A prestação atribuída mensalmente é apenas a suficiente para que a vítima tenha, no total, um rendimento correspondente ao salário mínimo nacional em vigor. Este apoio é, assim, acumulável com outras prestações sociais.

4 É este o único adiantamento de indemnização existente para vítimas de violência doméstica?

Não. No final do processo-crime, se o agressor for condenado e não tiver possibilidade de compensar a vítima financeiramente, esta pode solicitar à CPVC um adiantamento da indemnização, por ter sido alvo de um crime violento. Neste caso, não se aplica a exigência de "grave carência económica" requerida no regime de apoio anterior. O montante é pago através de uma só transferência.

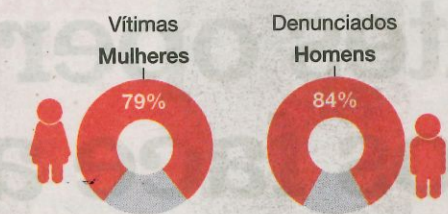
5 Onde é possível obter mais informação?

Através do site da CPVC, alojado em <http://cpvc.mj.pt>. É ainda possível contactar o organismo através do número de telefone 21 322 24 90 e do e-mail correio.cpvc@sg.mj.pt. A sede fica na Avenida Fontes Pereira de Melo, n.º 7, em Lisboa.

Violência doméstica

26 483

Participações junto das autoridades, em 2018

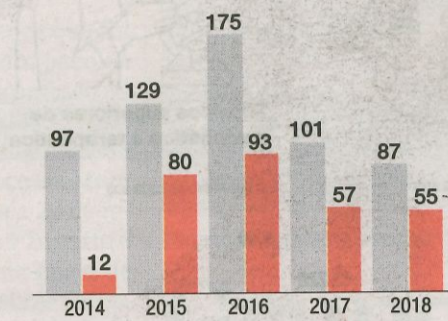


Inquéritos finalizados: **32 042**
(inclui iniciados em anos anteriores)

Arquivamento: **20 990 (65,5%)**

Processos concluídos nos últimos 5 anos

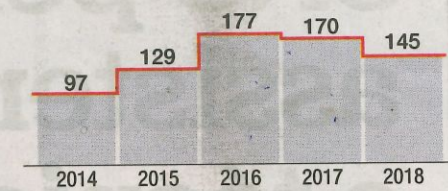
Com indemnização Sem indemnização



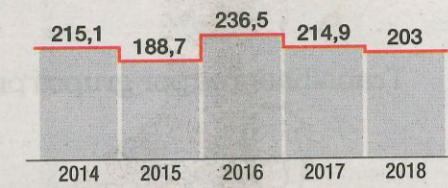
dos quais 43 por não existir grave carência económica

FONTE: RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA INTERNA DE 2018

Indemnizações atribuídas nos últimos 5 anos



Valor, em milhares de euros



Valor médio mensal (6 meses) das indemnizações*



*prestação necessária para atingir o valor do salário mínimo nacional

Evolução do salário mínimo



Valor das prestações atribuídas é inferior ao máximo permitido

Muitas das vítimas já beneficiam de outros apoios sociais. Comissão só cobre quantia que falta até ao salário mínimo

Inês Banha
ines.banha@jn.pt

Muitas das vítimas que, no ano passado, beneficiaram do apoio mensal atribuído pela Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes (CPVC) já usufruíam de outras prestações sociais, como o subsídio de desemprego, o rendimento social de inserção e o contrato de segurança social CEI+. Outras auferiam de um salário inferior ao salário mínimo nacional, então fixado em 580 euros.

Em todos estes casos, receberam da CPVC apenas o montante necessário para ficarem com um rendimento mensal correspondente ao montante mínimo que qualquer trabalhador deve auferir.

O panorama explica o porquê de a indemnização atribuída entregue men-

salmente por aquele organismo ser, em média, inferior ao patamar que assinala a existência de uma situação de "grave carência económica". Nos últimos cinco anos, foi em 2014 -



Carlos Anjos
Presidente da Comissão

"Em alguns casos, nem exigimos que haja queixa-crime [contra o agressor]. Não acredito que uma vítima vá para uma casa-abrigo por ser moda"

quando o salário mínimo nacional era de 485 euros - que as prestações atribuídas mais se aproximaram do teto máximo. Depois de três anos em queda, o montante do apoio concedido a cada vítima voltou a subir, cifrando-se, em média, nos 233,37 euros mensais (ver infografia).

"A falta de condições económicas é, ela própria, causa de violência doméstica", salienta o presidente da CPVC, Carlos Anjos. As características dos pedidos recusados mostram, porém, que não será exclusivo de populações socialmente mais vulneráveis.

A prová-lo, exemplifica o responsável, o facto de, em 2017, ter sido rejeitado o requerimento de uma vítima de classe alta que, à data, residia numa habitação em Lisboa arrendada por 3500 euros mensais. ●

OIT quer empresas a pensar na violência doméstica

Necessidades das vítimas devem ser acauteladas no trabalho

EMPREGO Não é uma questão do trabalho, mas está a partir de agora a ele ligada à luz do direito internacional e será adotada em breve por Portugal. Os membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT) comprometem-se a mitigar os efeitos da violência doméstica no trabalho, sempre que seja praticável. A organização vai mais longe. Quer que empresas e setor público acomodem mais as necessidades das vítimas. Por exemplo, permitindo mudanças de posto de trabalho ou de turnos. Mas os patrões portugueses estão contra.

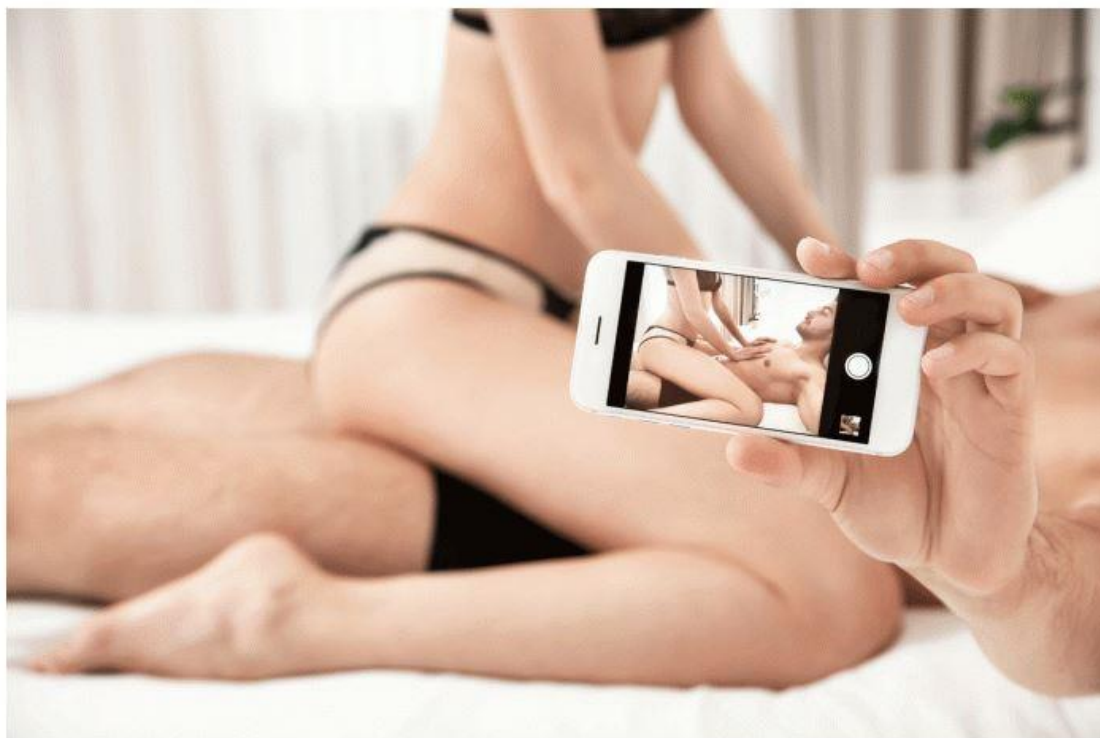
Mais de 270 países deram, na passada semana, apoio a um novo tratado internacional - a Convenção sobre Assédio e Violência no Trabalho - que agora será ratificada e cuja aplicação será vigiada. Governo, trabalhadores e patrões deram o sim ao texto de princípios, mas divergiram na opinião sobre como devem ser alcançados. As recomendações, que pela primeira vez introduziram orientações específicas sobre como o local de trabalho deve lidar com vítimas de violência doméstica, receberam voto contra dos empresários portugueses, com liberdade de escolha nesta votação face aos congéneres internacionais.

NÃO SÃO RESPONSÁVEIS

"Alegam que não são responsáveis e não podem ser responsabilizados pela violência doméstica. Claro. E não é isso que diz a provisão. O que diz é que, quando a violência doméstica afeta um trabalhador cria uma série de problemas no local de trabalho com os quais é preciso lidar de algum modo", argumenta Manuela Tomei, diretora da OIT para a Igualdade. ● **MARIA CAETANO**

REVENGE PORN: QUANDO AS IMAGENS ÍNTIMAS ACABAM À VISTA DE TODOS

01/06/2019



O que leva alguém a publicar conteúdo íntimo de outra pessoa na internet sem o seu consentimento? O que é que faz com que alguém submeta o outro a tamanha humilhação? Regra geral, a pornografia de vingança surge associada a situações de bullying ou a “síndrome de rejeição”. Acontece com adolescentes e adultos e causa danos sociais, psicológicos e até relacionais. Pode mesmo acabar em suicídio, como aconteceu recentemente com a espanhola Verónica, de 32 anos, que pôs fim à própria vida após a difusão de um vídeo sexual entre os seus colegas de trabalho.

Texto de Joana Capucho

Vergonha, humilhação, impotência. Foi o que Ana (nome fictício) sentiu quando, em 2014, um vídeo feito pelo ex-namorado dos dois a terem relações sexuais foi colocado numa plataforma de conteúdo para adultos na internet. **Descobriu no seu local de trabalho, quando toda a gente à sua volta já tinha tido acesso às imagens.** Com a batalha jurídica ainda a decorrer, **Ana não consegue esquecer o que aconteceu, de tal forma que quase não sai de casa.** Embora o vídeo tenha sido apagado do site onde foi carregado inicialmente, foi disseminado, pelo que continua a aparecer noutras plataformas.

Ana foi vítima de **revengeporn** (pornografia de vingança, em português), um fenômeno que acontece quando alguém partilha fotografias ou vídeos com conteúdo íntimo de outra pessoa sem o seu consentimento e com o intuito de a prejudicar. Imagens que geralmente são enviadas num contexto de relação amorosa onde existe uma base de confiança, mas que também podem ser obtidas sem o conhecimento da pessoa. Não raras vezes, são partilhadas juntamente com o nome e outros dados pessoais da vítima, o que pode ter consequências devastadoras.

Em Espanha, uma mulher de 32 anos suicidou-se, no sábado, após a difusão entre os colegas de trabalho de um vídeo sexual em que aparecia, gravado há cinco anos com um trabalhador da empresa com quem teve uma relação. **Segundo o El Mundo, terá sido esse homem, que foi rejeitado por Verónica, a partilhar as imagens através do WhastApp com colaboradores da empresa de camiões da Iveco, a CNH Industrial.** Após as imagens terem chegado ao conhecimento de uma cunhada e depois do próprio marido, a mulher, mãe de duas crianças, pôs fim à própria vida. Após o escândalo, o ex-namorado apresentou-se às autoridades, mas saiu em liberdade sem qualquer medida de coação.

“Há quem pense que foi rejeitado, porque não se apercebeu que a relação acabou. E há um instinto de vingança. Alguns prometem mesmo que se vão vingar”.

Carlos Poiares, psicólogo forense, explica que a pornografia de vingança aparece geralmente associada a duas situações: **bullying ou síndrome de rejeição**. Na primeira, tem como objetivo “causar humilhação e sofrimento na vítima, provocar perturbações na vida do visado, ou porque é frágil, ou porque é muito bom aluno, por exemplo”. Já na segunda, ocorre “quando um indivíduo acha que foi rejeitado”, o que nem sempre corresponde à realidade. “Há quem pense que foi rejeitado, porque não se apercebeu que a relação acabou. E há um instinto de vingança. Alguns prometem mesmo que se vão vingar”.

De uma maneira geral, as imagens foram feitas com o consentimento da pessoa “mas num determinado contexto”, sublinha o vice-reitor da Universidade Lusófona. “Eram imagens fetiche, afetivas, simbólicas, que as pessoas tinham da sua relação. Eram para ver entre quatro paredes e não para ser expostas no Facebook ou em qualquer outra plataforma”. Tal como aconteceu com Ana, “por vezes, são colocadas de forma que haja a garantia que vão ser vistas por todos no ambiente escolar ou de trabalho”, o que causa “danos sociais, psicológicos e até relacionais”, já que podem perturbar outras relações amorosas.

Para um adulto “é muito grave”, reconhece o psicólogo, mas “para um adolescente é terrível”. “É danificar completamente a imagem e a autoimagem do sujeito e a representação que os outros fazem dele”, explica, destacando que este tipo de exposição “mina as defesas” da vítima.

Paula (nome fictício) tinha 15 anos quando foi vítima de *revenge porn*. Depois de algum tempo a conversar com um homem mais velho no Facebook, partilhou com ele uma fotografia de foro íntimo. Sentia-se confiante e segura quando o fez, mas não fazia ideia do que a esperava. **A partir daí, foi chantageada e, sob ameaça, sentiu-se obrigada a partilhar mais fotografias.** Chegou inclusive a ser filmada sem roupa.

Depois de alguns meses a ceder à chantagem, o homem acabou por publicar os conteúdos nas redes sociais. Em pouco tempo, grande parte dos colegas já tinham visto as imagens em que surgia nua, o que afetou todas as suas relações. Paula acabou por pedir ajuda junto da escola, que encaminhou o caso para a Polícia Judiciária.

Em 13 anos, Mónica Costa, psicóloga escolar, deparou-se com “nove ou dez situações de pornografia de vingança”, quase sempre com conteúdos que foram pedidos durante uma relação afetiva pela pessoa que mais tarde os publicou. **Casos com um grande impacto na vida de um adolescente, “que está numa fase de construção de modelos de relação, de namoro, e tudo isso é afetado”.** É também um período em que a relação com os pais está a ser alvo de mudanças. “Estão a criar autonomia, a afirmar-se enquanto seres sociais e responsáveis. De repente, ter de dizer aos pais que se envolveram numa situação destas e que precisam de ajuda, é um retrocesso”.

Atualmente a trabalhar no Agrupamento de Escolas Dr. Costa Matos, em Vila Nova de Gaia, a psicóloga diz que existem várias ações que visam prevenir a violência sexual, “seja física, psicológica ou na internet”.

O que leva um adolescente a enviar imagens íntimas a outra pessoa será diferente do que leva um adulto a fazê-lo. “Na adolescência, é muito a insegurança em relação a ele próprio e ao que o outro sentirá por ele”, refere a psicóloga, destacando que as motivações “estão muito relacionadas com o autoconceito e com a autoestima. “É o querer afirmar-se enquanto ser sexual”, sublinha.

De acordo com um estudo publicado no ano passado pelo JAMA Pediatrics, cerca de um quarto dos adolescentes usam os telemóveis para partilhar imagens, vídeos ou mensagens sexualmente explícitas.

A GNR e a PSP não têm dados sobre o fenómeno *revenge porn* em Portugal. Já a Linha Internet Segura, agora gerida pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), **recebeu três denúncias relacionadas com pornografia de vingança** desde o início do ano. “Mas acredito que o fenómeno seja muito maior nos gabinetes. É algo que acontece. Pode acontecer a qualquer um”, diz Ricardo Estrela, gestor operacional da linha.

De acordo com um estudo publicado no ano passado pelo JAMA Pediatrics, **cerca de um quarto dos adolescentes usam os telemóveis para partilhar imagens, vídeos ou mensagens sexualmente explícitas**. Mas o sexting não é exclusivo dos adolescentes. Com o uso cada vez mais generalizado de smartphones, “a prática de sexting é cada vez mais comum e muitas vezes envolve a partilha de imagens”, refere o técnico de apoio à vítima. Por isso, aconselha, “se alguém quiser partilhar conteúdos íntimos, deve fazê-lo ocultando ao máximo a identidade, ou em mensagens temporizadas, cujo conteúdo se apaga logo”.

A pornografia de vingança pode deixar marcas para toda a vida. **“Em Portugal não temos relatos que tenha levado ao suicídio, mas há o caso de uma jovem italiana que se suicidou por causa de um vídeo de cariz sexual publicado pelo namorado”**, lembra o técnico. E, mesmo após a morte de Tiziana Cantone, “a maior batalha da mãe é que os conteúdos sejam removidos da internet”, pois ficaram disponíveis em várias plataformas e até deram origem a memes. “O impacto não é só para as vítimas, mas também para familiares e amigos”.

Além das consequências na autoestima, é frequente surgirem quadros de ansiedade, bem como distúrbios alimentares nas vítimas. **“Há um grande impacto no dia a dia, no trabalho, na escola, na universidade. Há pessoas que deixam de frequentar sítios públicos”**, revela Ricardo Estrela.

A *revenge porn* surge muitas vezes em contextos de violência doméstica. “Os agressores têm acesso a conteúdos que divulgam quando as relações acabam com o intuito de magoar, de atingir a vítima”. Só “a simples ameaça serve para manter a pessoa numa relação abusiva”.

A denúncia destes casos esbarra muitas vezes com a vergonha e o sentimento de impunidade. **Por isso, diz o psicólogo Carlos Poiães, é preciso não só “avisar as pessoas que por vezes o outro não corresponde ao que sonhavam”**, mas também é necessário “que haja uma punição efetiva das pessoas que cometem os atos”, para que exista um efeito dissuasor.

No ano passado, o Parlamento aprovou o agravamento de penas de prisão para quem divulgar na internet imagens ou vídeos da intimidade de outras pessoas sem a autorização destas. “Quem difundir através da Internet ou de outros meios de difusão pública generalizada, dados pessoais, designadamente imagem ou som, relativos à intimidade da vida privada de uma das vítimas sem o seu consentimento é punido com pena de prisão de dois a cinco anos”, lê-se na Lei n.º 44/2018.

Será difícil acabar com o problema, mas os especialistas consideram que é preciso educar a população para os perigos da internet. No âmbito do programa “Internet Segura”, a GNR realizou “2 245 ações de sensibilização em 2018, tendo alcançado uma audiência de mais de 65 mil pessoas, entre as quais pessoas com deficiência, crianças, jovens, idosos e comerciantes”. Já a PSP, que acompanha o fenómeno “no contexto de gestão das redes sociais e da segurança da internet”, promoveu 800 ações em escolas, entre janeiro e fevereiro, com o objetivo de sensibilização e “formação” dos mais jovens.

Conselhos:

- *Evite tirar fotografias ou fazer vídeos em contextos de intimidade e enviá-los para outras pessoas.*
- *Se quiser partilhar conteúdos íntimos, faça-o ocultando ao máximo a identidade ou através de mensagens temporizadas, que se apagam ao fim de pouco tempo.*
- *Se for vítima de pornografia de vingança, entre de imediato em contacto com as forças de segurança.*
- *Salvague todos os meios de prova, nomeadamente mensagens.*
- *Não tenha vergonha de partilhar com as autoridades ou com a família o que está a acontecer.*
- *Não ceda a chantagens. Regra geral, os conteúdos acabam sempre por ser publicados.*



ORDEM DOS
ADVOGADOS

Quase quatro mil idosos agredidos em três meses

15 DE JUNHO, 2019



Quase quatro mil idosos agredidos em três meses

Casos de maus-tratos não param de aumentar.

Só a PSP recebeu queixas de 44 vítimas por dia

Segundo a APAV, violência é quase exercida pelos filhos ou por cuidadores

Todos os dias há 44 idosos que são vítimas de violência

Não param de aumentar os casos de violência contra idosos. Só a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) tem registado, "nos últimos anos", um acréscimo de 30% de denúncias.

No ano passado, foram relatadas três situações por dia. Mas à PSP chegaram muitas mais, uma média de 44 casos por dia. Segundo a APAV, na maior parte dos casos, o agressor ou é um filho ou um cuidador, o que leva a crer que "as cifras negras são bem maiores do que se possa imaginar".

Os dados da PSP, a nível nacional, são negros. Nos primeiros três meses do ano, foram abertos 3684 processos de violência contra idosos, tendo sido identificadas 3778 vítimas. No ano passado, a PSP sinalizou 16 206 idosos vítimas de violência, o que corresponde a uma média de 44 idosos por dia.

Foram abertos 15 997 processos. O que leva a Procuradoria-Geral da República (PGR) a ter uma "particular" atenção sobre o problema.

"A violência contra idosos é uma área de intervenção prioritária do Ministério Público, sendo por conseguinte uma realidade que merece particular atenção por parte da investigação criminal nos processos concretos", garante a PGR.

DEPENDÊNCIA DO AGRESSOR

O problema deverá ser ainda maior do que mostram as estatísticas. "Acreditamos que o aumento do número de denúncias se deve à maior consciencialização da sociedade para o problema, devido a uma maior visibilidade desta temática. Ainda assim, não deixa de ser um dos fenómenos de violência mais escondida, uma vez que ocorre sobretudo no seio da família ou pelos cuidadores.

São situações em que o idoso está dependente do agressor", explica Marta Carmo, da APAV, cuja linha de atendimento, em 2018, recebeu 926 denúncias de casos de violência contra idosos.

Já a Linha do Cidadão Idoso, do Provedor de Justiça, teve 737 denúncias nos primeiros três meses do ano. Entre 2017 e 2018, passou-se de um total de 2465 para 2557 chamadas, a maioria precisamente referentes a violência doméstica e a maus-tratos na família.

"No ano de 2017, nas situações que chegaram ao Serviço SOS Pessoa Idosa, 50% dos agressores são filhos das vítimas. Este valor é um forte indicador de que o maltrato intrafamiliar é cada vez mais frequente", conclui-se no mais recente relatório da Fundação Bissaya Barreto, socorrendo-se precisamente de números da APAV, segundo os quais, entre 2013 e 2015, registaram-se 1777 casos de violência intrafamiliar".

"Significa que, em média, houve mais de 592 casos por ano, o que representa, pelo menos, um caso por dia em que os pais são vítimas de violência por parte dos próprios filhos", reforça-se no Relatório de Atividades 2018 do Serviço SOS Pessoa Idosa.

Segundo Marta Carmo, da APAV, essa realidade explica porque muitos casos não são denunciados, ou porque o idoso não quer criar problemas a quem cuida dele ou porque "as pessoas olham para o lado". Por isso, no Dia Mundial da Consciencialização da Violência contra a Pessoa Idosa, a APAV pede que se ataque o problema nas causas e, junto com os idosos, se encontrem medidas de prevenção multilaterais.

Prémio APAV: candidaturas abertas

· 2 semanas

🔥 82



Encontram-se abertas as candidaturas para o Prémio APAV para a Investigação 2019.

O Prémio APAV para a Investigação, promovido pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima com o apoio da Fundação Montepio, vai já na sua quinta edição. Destina-se a premiar trabalhos de investigação científica sobre temas ou problemas relacionados com a missão da APAV: "Apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima".

O envio de candidaturas deve ser feito até dia 31 de Julho de 2019, vigorando as seguintes condições gerais:

- O Prémio APAV será atribuído anualmente pela APAV a um trabalho inédito, desenvolvido em língua portuguesa.
- O Prémio APAV será atribuído a um trabalho que contribua para o conhecimento geral ou específico dos temas ou problemas relacionados com as vítimas de crime, ou para a melhoria de qualidade dos serviços de apoio à vítima em Portugal.

– O Prémio APAV será atribuído a um trabalho desenvolvido em áreas científicas diversas, tais como Direito, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, História, Economia, Saúde, Antropologia, Criminologia, Vitimologia, Pedagogia, etc.

[Formulário de Candidatura \[Link\]](#)

Consulte aqui o [Regulamento \(PDF\)](#)

Informações e candidaturas: apav.pt/premioapav2019



Casos de abusos sexuais de crianças e jovens dispararam nos últimos três anos

🕒 1 mês ago

Mais de 800 crianças foram vítimas de violência sexual nos últimos três anos. A maior parte dos crimes acontece no seio da própria família e as vítimas são sobretudo raparigas entre os 8 e os 17 anos.

Uma média de 22 crianças por mês foram vítimas de violência sexual.

Os casos de abusos sexuais de crianças e jovens dispararam nos últimos três anos. Segundo dados da Associação de Apoio à Vítima (APAV), durante os últimos três anos, a associação prestou ajuda, por mês, a cerca de 22 crianças vítimas de violência doméstica. No total, tiveram de ser ajudadas 881 crianças.

Estadísticas APAV: Crianças e Jovens Vítimas de Crime e de Violência 2013-2018



Mais de 800 crianças foram vítimas de violência sexual nos últimos três anos

De acordo com dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) relativos à Rede Care, de apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual, houve 881 crianças e jovens que precisaram de ajuda nos últimos três anos, entre janeiro de 2016 e maio de 2019.

Significa isto que, em média, a APAV apoiou 22 crianças todos os meses, e fez 263 atendimentos por mês, tendo também ajudado 140 pessoas que eram familiares ou amigos das crianças, o que totalizou 10.509 atendimentos.

Vítimas são principalmente meninas



80% das Vítimas de violência sexual são Meninas

A maior parte das vítimas de abusos sexuais são raparigas (80,3%) com idades entre os 8 e os 17 anos (66,51%)



Mais de metade deste crimes aconteceu no seio da própria família.

Mãe ou pai (19,8%), padrasto ou madrasta (11,7%), avós (5,8%), tios (5,2%), irmãos (2,3%) ou ainda outros familiares (9,3%).



Nas situações em que os crimes foram cometidos por pessoas fora da rede familiar (39,9%), constatou-se que, em 12,1% dos casos o agressor era conhecido da criança, em 5,9% era mesmo colega ou amigo, em 4,2% era vizinho, em 1,8% das situações era funcionário escolar, em 1,1% era funcionário de atividades.

Em 6,6% dos casos era uma pessoa desconhecida ou tinha outro tipo de relação com a criança (8,2%).

Quase dois terços (62%) dos crimes reportados tinham a ver com abuso sexual, ou seja, um ato sexual de relevo com uma criança até aos 14 anos, havendo também registo de violações (7,1%), importunação sexual (11,2%), atos sexuais com adolescentes (4,2%), recurso à prostituição de menores (0,7%) ou pornografia de menores (3,9%).

Na maioria (63,8%), os atos foram praticados de forma continuada e os autores eram maioritariamente (91,4%) homens.

Em 78,5% dos casos foi feita denúncia às autoridades policiais ou aos tribunais, sendo que em 14,6% das situações foi a própria APAV a fazer essa denúncia.

Violência doméstica: vítimas perdem apoio mensal do Estado por ganharem mais que o SMN

28.06.2019 às 8h35



As vítimas ficaram sem direito ao apoio do Estado por, mesmo após a separação do agressor, auferirem mais do que o salário mínimo nacional (SMN)



Em 2018, 80% das vítimas de violência doméstica viram o seu pedido de apoio mensal ser rejeitado pela Comissão de Proteção às Vítimas de Crime (CPVC), avança o “Jornal de Notícias” esta sexta-feira. As vítimas ficaram sem direito àquela prestação do Estado por, mesmo após a separação do agressor, auferirem mais do que o salário mínimo nacional (SMN), então fixado nos 580 euros.

O valor do SMN corresponde ao mínimo a partir do qual a CPVC entende que os requerentes não se encontram numa situação de “grave carência económica” – condição obrigatória para receber o apoio do Estado.

Segundo dados da CPVC, comissão tutelada pelo Ministério da Justiça, dos 142 processos por violência concluídos no ano passado por aquele organismo, 55 terminaram sem a atribuição de uma indemnização à vítima, em 43 dos quais por esta não se encontrar, na sequência do crime, numa situação de “grave carência económica”.

“É errado e prejudicial para as próprias vítimas que não se tenha em conta outros fatores: as despesas da própria vítima, os filhos melhores a cargo, a existência de filhos portadores de deficiência”, disse Inês Gonçalves, jurista da APAV, em declarações ao matutino.

Estado só apoia vítimas de violência doméstica que ganhem menos que o salário mínimo

As vítimas que recebem mais que o salário mínimo não recebem apoio do Estado por não se encontrarem em «situação de grave carência económica»

No ano passado, o **Estado** deu como concluídos 142 processos. Destes, 55 terminaram sem que fosse aplicada uma indemnização à vítima. 43 não tiveram direito a subsídio por receberem mais que o **salário mínimo**, fixado em 580 euros.

A notícia é avançada pelo Jornal de Notícias (JN), as vítimas que recebem mais que o salário mínimo não recebem apoio do Estado por não se encontrarem em «situação de grave carência económica». Os dados são apresentados no Relatório da Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes (CPVC), tutelada pelo Ministério da Justiça, responsável pela medida, que está em vigor desde 2011.

Associações de apoio à vítima criticam Estado

As associações que apoiam vítimas de violência doméstica criticam a postura do Estado. A associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) diz que este é um conceito indeterminado que não tem em conta vários fatores, como os filhos. «É errado e prejudicial para as próprias vítimas que não se tenha em conta outros fatores: as despesas da própria vítima, os filhos menores a cargo, a existência de filhos portadores de deficiência. A vítima sofre mais do que o salário mínimo nacional e todos estes fatores não são aqui tidos em conta», considera Inês Gonçalves, jurista da APAV, em declarações ao JN.

Desde o início do ano já morreram 17 pessoas

Segundo a mesma publicação, as vítimas que ganham abaixo do salário mínimo apenas recebem da CPVC o valor necessário para igualar o seu rendimento mensal aos 580 euros.

Desde o início deste ano, 17 pessoas morreram vítimas de violência doméstica. A maioria das detenções foram feitas pela PSP. No ano passado, esta força de segurança deteve 598 pessoas.

PORTUGAL

Vítimas de violência doméstica que ganham acima do salário mínimo sem apoio

28.06.2019 08:55 | por Leonor Riso

Carlos Anjos, presidente da Comissão de Proteção a Vítimas de Crime, explica que para receber o apoio as vítimas têm que estar em situação de grave carência económica.

80% das vítimas de **violência doméstica** que tiveram o seu pedido de apoio monetário mensal rejeitado pela Comissão de Proteção às Vítimas de Crime (CPVC) ficaram sem ela por auferirem mais que o salário mínimo nacional, que estava fixado em €580 em 2018.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) criticam esta situação. "É errado e prejudicial para as próprias vítimas que não se tenha em causa outros fatores: as despesas da própria vítima, os filhos menores a cargo, a existência de filhos portadores de deficiência", aponta Inês Gonçalves, jurista da UMAR.

Mas Carlos Anjos, presidente da CPVC, explica que para receber o apoio as vítimas tinham que estar em situação de grave carência económica. "Se o Estado tem um salário mínimo nacional, todas as pessoas que estão abaixo do salário mínimo nacional estão numa situação de carência", aponta. Anjos explica ainda que os casos rejeitados são de pessoas que mantiveram a casa e o emprego.

Violência doméstica pode aumentar o risco de problemas psiquiátricos



🕒 07.06.2019 14h45



SIC Notícias

Conclusão de um estudo realizado pela Universidade de Birmingham, Reino Unido.

Um estudo realizado pela Universidade de Birmingham, publicado no *Jornal Britânico de Psiquiatria*, sugere que as mulheres que sobreviveram à violência doméstica estão três vezes mais em risco de desenvolver doenças psiquiátricas graves.

O estudo refere também que as mulheres que já têm um histórico destas doenças são mais propícias a serem vítimas de violência doméstica.

A relação entre os problemas de saúde mental (depressão e ansiedade) e a violência doméstica já havia sido mostrada noutros países, no entanto, ainda não tinha sido realizado um estudo tão extenso e que abordasse também as doenças psiquiátricas graves (Distúrbio de bipolaridade e esquizofrenia).

A **relação entre os problemas de saúde mental (depressão e ansiedade) e a violência doméstica** já havia sido mostrada noutros países, no entanto, ainda não tinha sido realizado um estudo tão extenso e que abordasse também as doenças psiquiátricas graves (Distúrbio de bipolaridade e esquizofrenia).

Investigadores descobriram que as vítimas de violência doméstica têm o dobro de probabilidades de sofrer de ansiedade e o triplo de sofrerem de depressão ou de uma doença psiquiátrica grave, mesmo tendo em conta outros fatores que podem levar ao desenvolvimento destas doenças.

Especialistas consideram que estão a ser desperdiçadas oportunidades de detetar os casos de violência doméstica e de dar apoio às mulheres que estão vulneráveis a estas situações.

Segundo a BBC, os médicos de família consideram-se altamente treinados para identificar estes problemas, no entanto, têm algumas dificuldades devido a estes problemas estarem cada vez mais bem escondidos, facto que se confirma no estudo, que mostra uma grande discrepância entre os casos de violência doméstica reportados através dos médicos de família e os dados nacionais (Inglaterra), mostrando um nível muito grande de casos não relatados.

O estudo foi baseado em arquivos médicos, entre 1995 e 2017, que identificaram 18,547 mulheres do Reino Unido vítimas de abusos, e foram comparados com os arquivos de um grupo de controlo de 74,188 mulheres com idades semelhantes que não sofreram de violência doméstica.

Joht Singh Chandan, autor condutor do estudo e professor na Universidade de Birmingham, disse que o peso de uma doença psiquiátrica causada pela violência doméstica no Reino Unido pode ser bem maior do que o que se pensava até aqui.

"Considerando o quão comum é a violência doméstica, é importante compreender quão fortemente estão os dois fatores ligados e considerar se existem oportunidades de melhorar as vidas das mulheres afetadas pela violência."

O estudo defende que é imperativo que o setor público use todos os meios ao seu alcance e aproveite todas as oportunidades possíveis para detetar estes casos precocemente, de forma a garantir que a mulheres em risco recebem o apoio necessário, apoio esse que poderá ser crucial para impedir o desenvolvimento de um problema psiquiátrico.

O estudo conclui que uma em cada quatro mulheres já sofreu de violência doméstica em algum momento da sua vida.

Os investigadores consideraram este quadro como um problema de saúde pública e como um grave problema de saúde psiquiátrica pública.

UMA DAS MULHERES PRESENTES NO ESTUDO, ESTÁ DE MOMENTO A RECEBER APOIO DE UMA ORGANIZAÇÃO QUE AJUDA MULHERES E JOVENS EM RISCO.

Em declarações à BBC, a vítima contou que "a violência doméstica mudou-me profundamente enquanto pessoa. Tenho geralmente problemas em dormir e balanço desenfreadamente entre comer compulsivamente ou não comer de todo. Tenho muito mais dificuldade em confiar nos outros e tento mantê-los, sempre, à distância de um braço da minha pessoa, o que inevitavelmente prejudicou imensas amizade que mantinha e que provavelmente não vou conseguir recuperar".

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM PORTUGAL

Segundo o último relatório sobre a **violência doméstica da Associação de Apoio à Vítima (APAV)**, que abrange o período entre 2013 a 2017, foram registados 87.730 crimes desta natureza e, desse número apenas 37.528 vítimas recorreram a processos de apoio da Associação.

Da amostra de vítimas apoiadas pela APAV 85,73% eram mulheres, 13,79% eram homens.

A relação entre as vítimas e o autor/a do crime é:

- Cônjuge em 33,6% dos casos;
- Companheiro/a em 15,8% dos casos;
- Filho/a em 11,5% dos casos;
- Ex-companheiro/a em 9,6% dos casos;
- Pai/mãe em 8,6% dos casos;
- Outras em 20,9% dos casos.

A incidência da violência doméstica varia entre os 26 anos e os 55 anos em 41% dos casos, as vítimas são sobretudo mulheres casadas (34%) e os autores dos crimes são em 85% das situações homens com idades compreendidas entre os 26 e os 55 anos.

Os locais onde os crimes são cometidos são:

- Residência comum em 64,6% dos casos;
- Residência da vítima em 13,3% dos casos;
- Lugar/via pública em 8,4% dos casos;
- Residência do autor em 4,9% dos casos;
- Local de trabalho em 2,2% dos casos;
- Outros locais em 6,6% dos casos.

No estudo é identificada a vitimação continuada como a maioria dos casos, atingindo cerca de 80%, com uma duração média entre os 2 e os 6 anos em 15,1% dos casos.

INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL

Contactos úteis da APAV:

Linha de Apoio à Vítima - 116 006 (Chamada gratuita - Dias úteis das 09H-21H)

Rede nacional de Apoio à Vítima

Relembrar as crianças inocentes vítimas de agressão

04.06.2016 às 15h54



CHARLES MCQUILLAN / GETTY IMAGES

Quase 20% das mulheres e entre 5% e 10% dos homens do mundo inteiro foram abusados sexualmente na infância. A associação Save the Children quer ver o Código Penal alterado de modo a que os crimes sexuais contra as crianças possam ser incluídos naqueles que não prescrevem. Hoje é o Dia Internacional das Crianças Inocentes Vítimas de Agressão



MARIA JOÃO BOURBON

A dimensão da violência contra as crianças não é totalmente conhecida. Por vergonha, medo ou inexistência de mecanismos adequados não é denunciada na sua dimensão. E estes abusos sexuais contra menores representam uma violação enorme dos direitos elementares das crianças, segundo sublinha a organização não-governamental (ONG) [Save the Children](#).

No Dia Internacional das Crianças Inocentes Vítimas de Agressão, importa não esquecer os números que compõem esta realidade escondida. Segundo a ONG, quase 20% das mulheres e entre 5% e 10% dos homens no mundo inteiro foram vítimas de abusos sexuais na infância, um número que deverá ser inferior ao real, uma vez que muitos destes casos não chegam a ser sequer denunciados.

Para a Save the Children, é “inaceitável” que qualquer crime deste tipo possa ficar impune. Desde 1999, a vítima tem – a partir do momento em que completa 18 anos – um prazo que pode ir desde cinco a 15 anos para denunciar o abuso, dependendo da sua gravidade. Depois disso, o crime prescreve e a vítima fica sem meios para levar o seu agressor à justiça, o que acontece em muitas situações.

Segundo a agência Lusa, a Save the Children quer ver o Código Penal alterado, de modo a que os crimes sexuais contra as crianças possam ser incluídos naqueles que não prescrevem e apelou aos políticos e poderes públicos para que aprovem uma lei orgânica no sentido de acabar com a violência infantil. A criação de mecanismos de denúncia mais acessíveis também é outra das suas reivindicações.

SEM CONSEGUIR COMPREENDER, NOMEAR E ENFRENTAR O ABUSO

O abuso sexual de crianças corresponde, de acordo com a definição da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), ao “envolvimento de crianças ou adolescentes em atos cuja finalidade visa a satisfação sexual de um adulto ou outra pessoa mais velha”, constituindo assim “uma relação assimétrica, na qual o poder do agressor é determinante”, com consequências físicas e/ou psicológicas para a vítima. Nestes casos, a vítima não tem capacidade de “compreender que está a ser vitimada”, nem de nomear o abuso sexual, enfrentá-lo ou dar o seu consentimento “livre e esclarecido”.

Em 2015, a APAV apoiou 102 casos de crianças com idade inferior a 14 anos que foram abusadas sexualmente, além de um caso que envolvia pornografia de menores. No total, a associação apoiou três crianças e jovens por dia vítimas de crime (num total de 1084), mais de 92 que em 2014, de acordo com as estatísticas divulgadas em março. Destas vítimas, 54,6% são raparigas com uma média de idade de 9,9 anos.

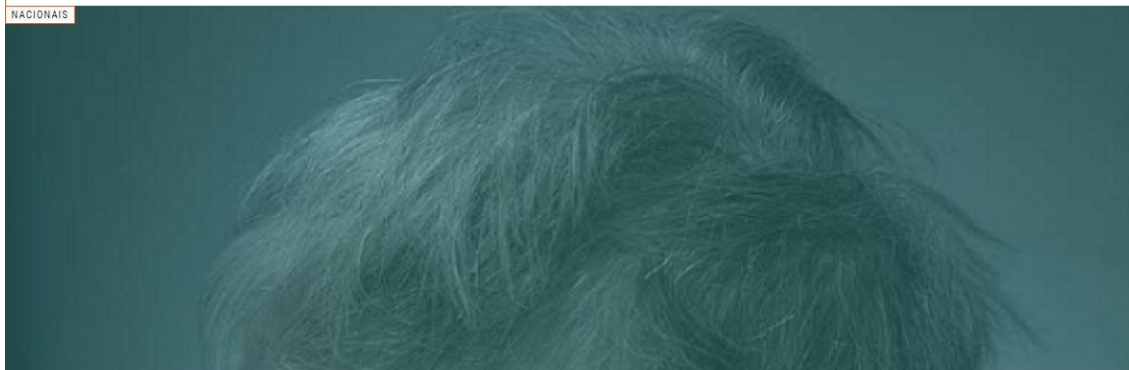
Esta quarta-feira foi apresentado o relatório “As crianças em perigo no concelho de Lisboa”, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, que conclui que o principal dificuldade encontrada é “a exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança”, que correspondem a 36% dos casos sinalizados, nos quais se inclui a violência doméstica. O abuso sexual, entre outros problemas, estão incluídos na lista daqueles que a Universidade de Coimbra considera “preocupantes”.

O Dia Internacional das Crianças Inocentes Vítimas de Agressão, que tem como propósito promover os direitos das crianças no mundo inteiro, foi criado na Assembleia-Geral Extraordinária das Nações Unidas (ONU), a 19 de agosto de 1982. Celebra-se a 4 de junho de cada ano.

Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência contra as Pessoas Idosas

14 JUNHO 2017

NACIONAIS



PREVIOUS ARTICLE
ANA, EGEAC e TAP assinam Protocolo Cultural

NEXT ARTICLE
GNR. Grândola - detidos em flagrante delito por furto de cortiça

TOOLS

IMPRIMIR

TYPOGRAPHY

MEDIUM

DEFAULT

READING MODE

SHARE THIS



A **APAV** associa-se, uma vez mais, à iniciativa anual da International Network for Prevention of Elder Abuse (INPEA), que, no **dia 15 de junho**, assinala o Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência contra as Pessoas Idosas

Infelizmente, nas sociedades contemporâneas, o envelhecimento está associado aos fenómenos do crime e da violência contra as pessoas idosas. O reconhecimento da vitimação dos mais velhos foi lento, mas é hoje um fenómeno cada vez mais evidente dentro do processo de envelhecimento populacional mundial. Constitui, o envelhecimento, um dos maiores desafios do século XXI.

Reconhecendo que a violência contra as pessoas idosas constitui um problema social, de segurança e de saúde pública, considera-se que o seu eficaz combate pode contribuir para um futuro mais inclusivo, onde todos sejam respeitados ao longo do ciclo da vida, nomeadamente no contexto de um envelhecimento ativo e saudável.

A APAV apoia as pessoas idosas e as suas famílias, prestando-lhes apoio jurídico, psicológico e social; e conta com a colaboração de outras instituições, públicas e privadas; e com os vizinhos e conhecidos das vítimas, cujo papel pode ser muito importante, sobretudo na denúncia das situações de violência.

De 2013 a 2016 houve um aumento de 34% de processos de pessoas idosas. Tendo, em 2016, apoiado 1.261 pessoas idosas, equivalendo a uma média de 24 pessoas apoiadas por semana. Este aumento de casos, bem como os registados pelas estatísticas oficiais da Justiça, não refletem a realidade diariamente vivida – ainda mais trágica e sofrida.

A consciencialização da população conduziu ao incremento do número de pessoas apoiadas, mas as barreiras mentais, a dificuldade de acesso e compreensão da informação, a dependência, a vergonha e a fragilidade persistem aliadas à perceção pouco generalizado do problema, dificultando o alcance dos objetivos.

A prevenção e combate à violência praticada contra as pessoas idosas impõem-se como um compromisso que é de todos.

A APAV está disponível para ajudar através dos diferentes serviços, nomeadamente da Linha de Apoio à Vítima 116 006 - dias úteis, das 09h00 às 19h00 - número gratuito e confidencial.



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE 1979-2019



DGS desde
1899
Direção-Geral da Saúde

15 de junho: Dia da Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas



Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas celebra-se no dia 15 de junho.

No dia 15 de junho comemora-se o 7.º Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas.

Esta data, celebrada anualmente, foi proposta pela **INPEA - International Network for Prevention of Elder Abuse** (Rede Internacional para a Prevenção dos Maus-Tratos a Idosos), com o objetivo de alertar a sociedade para a necessidade de prevenir e combater este fenómeno.

A **Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)**, em conjunto com o Ministério da Saúde e a Direção-Geral da Saúde (DGS), associa-se à iniciativa anual da INPEA, com uma campanha de sensibilização e divulgação pública desenvolvida no âmbito do Projeto Títono – Apoio a Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência, financiado pela DGS.

Portugueses dão mais dinheiro do IRS para solidariedade

Revista de Imprensa JE 05 Junho 2019, 08:26

Em 2017, as doações através das declarações de IRS dispararam 27%, para 20 milhões de euros.



As famílias portuguesas estão mais generosas com as instituições sociais. Em 2017, as doações através das declarações de Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) dispararam 27%, para 20 milhões de euros, revela o “Jornal de Notícias” (JN) na edição desta quarta-feira.



Fonte: Autoridade Tributária e Aduaneira a 28/05/2019 [Notas](#) [Sugestões?](#)

Segundo os dados enviados pelo Ministério das Finanças ao diário, tanto o número de famílias que consignam IRS como as entidades beneficiárias têm aumentado, pelo menos, desde 2014. Em 2017, em média, foram doados para caridade 5.423 euros por instituição.

“Ajuda as instituições a equilibrar as contas e envolve a sociedade na resolução de problemas sociais”, afirma ao JN o presidente da Confederação das Instituições Particulares de Solidariedade Social, Lino Maia.

“O sistema é muito bem vindo e deve ser reforçado, mas ainda há uma baixa adesão face ao potencial”, refere, por sua vez, João Lázaro, presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

Portugueses deram mais dinheiro dos impostos para solidariedade



As famílias estão cada vez mais generosas com instituições de solidariedade. As doações feitas através das declarações de IRS têm vindo a subir e, em 2017, dispararam 26%, para 20 milhões de euros.

Sem o dinheiro dos contribuintes, instituições como a Operação Nariz Vermelho não teriam a atividade que têm hoje. A consignação do IRS é "muito positiva", concorda Lino Maia, presidente da Confederação das Instituições Particulares de Solidariedade Social (CNIS).

PIB

Na declaração de IRS, as famílias podem fazer um donativo a instituições particulares de solidariedade social (IPSS), organizações culturais, ambientais e religiosas, reconhecidas como sendo de utilidade pública. Inscrevendo o número de identificação fiscal, podem doar 0,5% do imposto sobre o rendimento, sem perderem dinheiro (é o Fisco que fica sem essa parte do imposto). Podem também entregar o IVA que têm direito a receber pelo facto de terem pedido faturas com número de contribuinte - mas, neste caso, perdem o valor.

Essa diferença nota-se nas contas enviadas ao IN pelo Ministério das Finanças. Depois de um pico em 2015, o valor do IVA entregue tem baixado. Mas a descida é largamente compensada pela consignação do IRS. Contas feitas, há um número crescente de agregados familiares a entregar mais dinheiro a cada vez mais instituições. Em 2016, em média, foram doados 4822 euros por instituição; em 2017, o valor subiu para 5423 euros.

ENVOLVER SOCIEDADE

Este é o valor médio recebido pelas 3780 entidades registadas como beneficiárias, em 2017. Mas no caso da Operação Nariz Vermelho, que leva doutores nalhacos a crianças hospitalizadas, a

As duas entidades solidárias organizaram, em maio, um workshop para divulgar este mecanismo junto de outras IPSS. Lino Maia louva o mecanismo criado pelas Finanças, por duas razões: "Ajuda as instituições a equilibrar as contas e envolve a sociedade nas resolução de problemas sociais".

"MANTA DE RETALHOS"

Apesar dos louvores, as entidades ouvidas pelo IN sugerem algumas alterações à Autoridade Tributária que, garantem, se tem mostrado disponível para o fazer. Importante seria uniformizar os prazos e procedimentos aplicados a cada um dos quatro tipos de entidades que podem receber a consignação, diz a advogada da APAV, Vera Figueiredo. O sistema é regulado por leis diferentes, o que cria "uma manta de retalhos", diz.